



LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

# É o acordo possível não o desejável



ASSEMBLEIA GERAL  
Associadas da CNIS  
reúnem quase  
um ano depois

## MAREESS

Apoio às IPSS  
prorrogado até  
ao dia 31 de dezembro



PROTOCOLO  
CNIS e EDP  
apostam no «Bairro  
Solar Solidário»

INICIATIVA CNIS EM CONJUNTO COM ACADEMIA

# Projeto TFA pretende melhorar desempenho das instituições associadas

**Eugénio Fonseca**  
Presidente da Confederação  
Portuguesa do Voluntariado



CRISE ECONÓMICA:

# O Rendimento Social de Inserção e as IPSS

As instituições particulares de solidariedade social (IPSS), na comunidade em que se inserem, são protagonistas da defesa e garantia do respeito pela dignidade humana. É neste princípio basilar que assenta a verdadeira solidariedade. Desde a publicação da Carta Encíclica Fratelli Tutti, do Papa Francisco, a solidariedade social assumiu mais uma tarefa para que a dignidade de cada pessoa não seja desprezada. Essa tarefa é a de contribuir para a construção da “amizade social”. Esta é uma nova nobre missão das IPSS. Todavia, será uma meta muito difícil de alcançar se não existir maior equidade social. Enquanto houver os níveis de desigualdade verificados em Portugal, e no mundo em geral, não é possível reinar a amizade, e a solidariedade não passa de um mero sentimento que produz paliativos socioeconómicos e não é a expressão determinada, firme e constante do empenho de cada cidadã e cidadão pela edificação do bem comum, com um sentido conjunto do que implica este tipo de responsabilidades<sup>1</sup>. Assim, a justiça e a solidariedade têm de andar de mãos dadas.

O Rendimento Mínimo Garantido criado, em 1996, e “rebatizado” Rendimento Social de Inserção (RSI) em 2003, pretende, muito timidamente, reduzir as desigualdades entre os portugueses. Em média, atualmente, o subsídio atribuído situa-se nos 120€ mensais. Não é com este dinheiro que alguém conseguirá subsistir com o mínimo de dignidade. A solidariedade das IPSS tem sido um dos complementos para aproximar os pobres da linha que os separa dos que o não são. O RMG/RSI foi criado como um direito da “Segurança Social”. Todos os cidadãos deverão ter acesso a este subsídio, se a precariedade dos seus recursos assim o exigir. Mas, é importante reiterar que, a permanecer com os mesmos montantes financeiros, ele continuará a ser demasiado curto para tirar alguém da situação de pobreza em que se encontra. Mesmo assim, alguns têm-no conseguido, através não do rendimento monetário, mas do programa de inserção social (PIS), e é nesta área da concretização dos PIS que a medida RMG/RSI mais tem falhado.

Penso que esta Medida de Proteção Social necessita de uma revisão profunda. Desde logo nos montantes atribuídos e no tipo de contratualização que se faz com base nos PIS. Também esta designação de Programa de Inserção Social deveria passar a chamar-se Programa de Desenvolvimento Integral e as competências adquiridas tidas em conta para a promoção escolar e/ou profissional dos beneficiários e beneficiárias. Seria uma designação menos estigmatizante. Assim como, e pela mesma razão, RSI poderia mudar para Rendimento

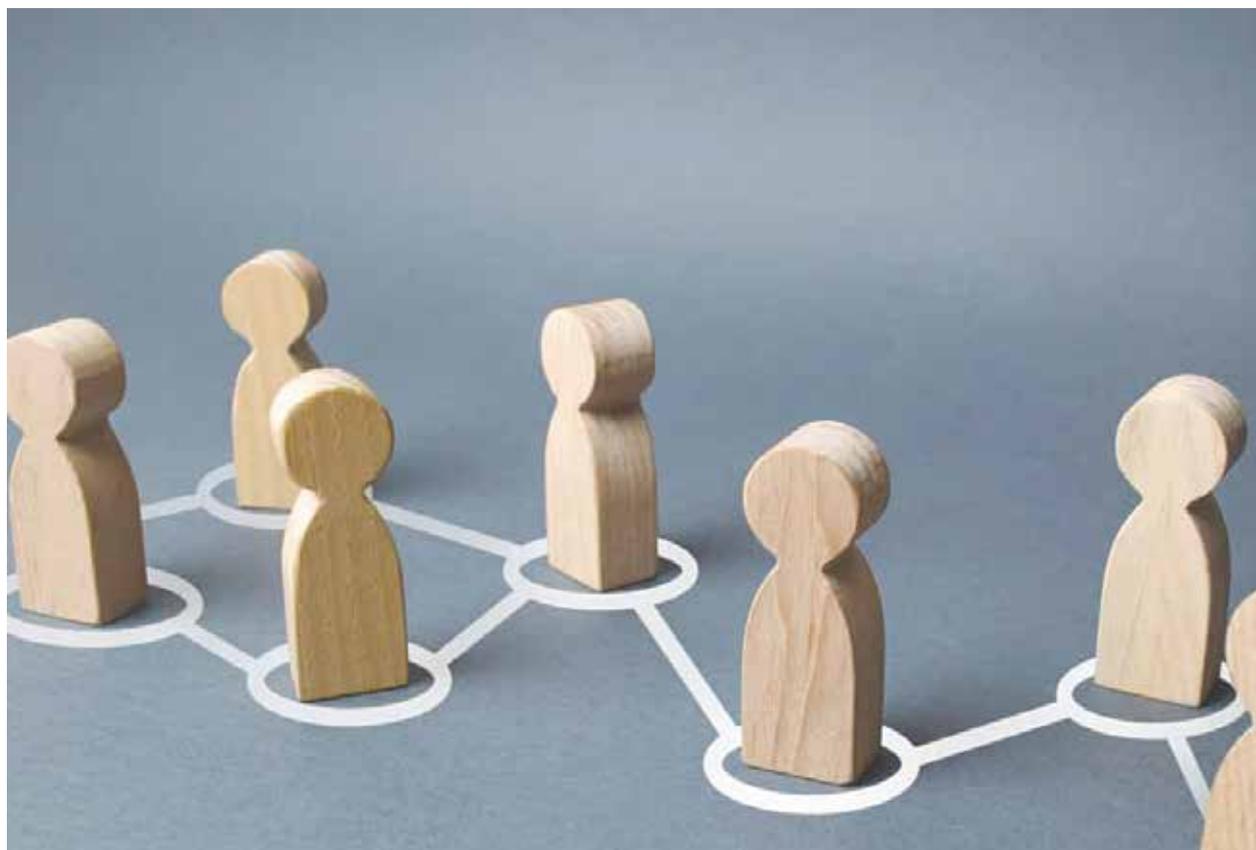
Social Básico (RSB). Deve ser uma Medida integrada, totalmente, no Programa, que deve estar quase a nascer, de Combate à Pobreza. Também preferiria o termo “erradicação” em vez de “combate”. A erradicação é um designio a alcançar, mesmo que com passos curtos, mas sempre em permanente dinamismo, o combate é quase admitir que a pobreza é um problema social sem solução, que precisa, constantemente, que se lhe façam ataques. Rever a condição de recursos também é essencial. Diminuir a burocracia. Colocar a funcionar, imediatamente, a Comissão Nacional de acompanhamento do RSI.

E as IPSS? Que missão têm elas a cumprir na aplicação do RMG/RSI? É incontornável a intervenção das IPSS. Já foi graças a algumas delas que, através dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), valorizaram muito os PIS. Mas nesta nova geração da Medida, que espero surja em breve, ainda há muito mais a fazer. Passo a referir algumas possibilidades de colaboração: todos os dirigentes devem estar bem informados sobre os objetivos e metodologia de utilização da Medida; todas e todos os colaboradores das IPSS deveriam ser arautos da existência do RSI para que ninguém, com direito a ele, ficasse de fora; colaborar com os mais vulneráveis no acesso a

este rendimento; ter uma participação ativa nas Comissões Locais de Freguesia e nos Conselho Locais de Ação Social onde se deveriam refletir os casos mais complexos e, em conjunto, se encontrarem soluções possíveis; desenharem possibilidades de Programas a contratar com os beneficiários de modo a constituírem-se bolsas locais de PIS; disponibilizarem as instituições para acolherem e acompanharem a concretização de algum ou alguns PIS; manter informado/a o/a técnico/a que acompanha o beneficiário da evolução, ou não, do cumprimento do PIS; colaborar, com a ajuda de outros parceiros, logo que haja condições, no acesso a um trabalho condigno.

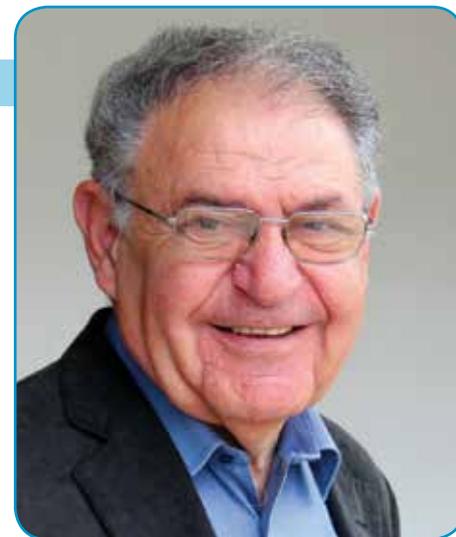
Esta é uma área que deveria ser privilegiada no Plano de Ação Nacional para o reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. As IPSS, sempre numa abertura à criatividade, têm de ser o “cimento” deste Pilar. Assim serão, na verdade, promotoras de desenvolvimento humano integral e não apenas prestadoras de serviços de solidariedade social.

<sup>1</sup> cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis (30 de Dezembro de 1987), Lisboa: Edições Paulistas 1988, 38.



## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



# Compromisso de Cooperação 2021-2022

**1.** No dia 5 de julho foi assinado o Compromisso de Cooperação 2021-2022, que, nomeadamente, estabelece orientações na Cooperação entre o Estado e as Organizações do Sector Social e Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias, CONFECOOP e CNIS) e os ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Recorda-se que já em plena pandemia (2020) o Estado aumentou os Acordos de Cooperação em 3,5% com exceção dos acordos atípicos; no entanto, por pressão das Organizações Representativas do Sector Social, o Governo aceitou aumentar extraordinariamente e até ao fim daquele ano as valências com estruturas residenciais da área do envelhecimento e da deficiência (desta vez incluindo os acordos atípicos) em mais 2%. Este aumento acabou por ser extensivo ao SAD. Paralelamente e também por pressão das ORSS o Governo lançou sucessivamente o “MAREESS”, o “Adaptar Social +” e ainda uma verba com cerca de 2,3 M€ atribuída à CNIS para aquisição de EPI’s que foram distribuídos pelas associadas que tinham creche e CAO’s.

Iniciou-se também em Setembro de 2020 o processo de revisitação do Pacto de Cooperação que está neste momento em fase adiantada, tendo o Governo já admitido negociar o financiamento das respostas sociais de acordo com o custo real das respostas e assumindo, desde já, que nesse caso a comparticipação do Estado será no mínimo de 50% (a recuperação da discrepância atual será naturalmente distribuída por vários anos).

Foi ainda acordado também por pressão das ORSS que, apesar da diminuição das frequências por força da pandemia, o Estado manteria em 2020 o pagamento a 100% das respostas sociais.

Dado que o aumento extraordinário de 2% cessou em 2020/12/31 (e por isso não foi pago em Janeiro), mais uma vez as ORSS conseguiram renovar esse reforço financeiro extraordinário para 2021 até 31 de Dezembro. Mas é bom que fique claro que este reforço pertence ao ano de 2021. Ou seja, logo em Janeiro, o Estado faz um primeiro aumento de 2% para as respostas acima referidas que se traduziu na não diminuição da comparticipação.

Do mesmo modo por insistência das ORSS foram prorrogados os 100% das frequências,

primeiro até Junho e depois até Dezembro de acordo com o evoluir da pandemia. Também em Março, por insistência das ORSS, foi possível acordar com ambas ambos os Ministérios (Saúde e MTSS) o pagamento excecional a 100% das frequências da RNCCI desde o início da pandemia (portaria 307/2020).

**2.** Do que foi a dureza da negociação do Compromisso de Cooperação 2021-2022, numa sequência interminável de duras reuniões, contactos a todos os níveis, desde o PR ao PM passando por líderes partidários e outras altas figuras do Estado, um dia se fará a história! Mas o que importa é que o resultado e o compromisso foi alcançado.

a) Assim, em primeiro lugar, o Estado assumiu estabilizar os 2% de Janeiro de 2021 aceitando calcular os novos valores em cima deles;

b) Aumentar todas as valências em 3,6%;

c) Criar um novo apoio extraordinário de 2% desde Janeiro para o ano de 2021 para as estruturas residenciais da deficiência e do envelhecimento num total de 5,6% sobre 2% de Janeiro (total de 7,6%) e que corresponde a um aumento acumulado histórico de 11,408 % em 2 anos nestas valências (no SAD 9,3%). Mais do que nos 5 anos anteriores;

d) Incluir neste aumento global também os acordos atípicos;

e) Ainda um aumento de 6% para a RNCCI

(longa duração).

Finalmente, de referir que, por pressão das ORSS, o Estado também estendeu ao setor o apoio concedido às empresas para o salário mínimo.

Sendo o ótimo inimigo do bom, podemos considerar que este resultado é o resultado possível (não o desejável) num quadro de grande dificuldade do Estado em ir mais longe...

**3.** Para além das atualizações dos acordos de cooperação há mais benefícios que resultam do Compromisso de Cooperação.

E duas conclusões. Uma assumida e outra aprofundável:

a) Em Dezembro deste ano completam-se 25 anos da celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade. A sua revisão, que está em marcha, deve estabelecer montantes mínimos da comparticipação do Estado nos custos dos serviços de proteção social prestados pelas Instituições de Solidariedade, pelo que há a considerar a realidade atual (comparticipação média de 38% nos custos dos serviços) e o que deve ser atingido (50%) e o percurso temporal a estabelecer para tal obrigação ser atingida.

b) Considerando o Sector Social Solidário um importante pilar do Estado Social e sem que o Estado dele prescindia, no Orçamento do Estado deve ser estabelecido um imposto ou uma taxa para assegurar a necessária sustentabilidade das Instituições de Solidariedade.





PROJETO TFA - THEOFRAMEACCOUNTABILITY

# Iniciativa da CNIS potencia desempenho das IPSS

Como é do conhecimento das instituições associadas, a CNIS integra o Projeto TFA – TheoFrameAccountability, promovido pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA), em parceria com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), com os grandes objetivos de promover a prestação de contas nas IPSS e dotar as instituições de dados, conhecimentos e informações que lhes permitam avaliar o respetivo desempenho, tomar decisões informadas e melhorar a gestão e a governação.

Fruto deste projeto, foi criada a plataforma «somosipss.pt» onde, gratuitamente, as instituições, através de um registo simples, podem:

- Criar o seu website institucional, facilitando uma maior aproximação com a

indicadores, tendo posteriormente acesso:

- Aos seus indicadores individuais, proporcionando-lhes a possibilidade de fazer uma reflexão sobre os aspetos positivos e negativos da sua atuação e a identificação das áreas em que podem/devem atuar para melhorar o desempenho e, em paralelo, e se assim o entenderem, comunicar esses resultados às diferentes partes interessadas;

- Aos indicadores globais, possibilitando-lhes uma comparação dinâmica dos seus indicadores com os de outras IPSS (garantindo sempre o anonimato), num processo de benchmarking que se pode traduzir em melhoria de algumas práticas e, daí decorrente, melhoria dos resultados.

A avaliação do desempenho de cada instituição é de acesso restrito à própria e organiza-se em seis dimensões de análise, divididas em várias subdimensões:

| Dimensão   | Subdimensão                                  |
|--|--|
| 1. Propósito (Purpose)                             | 1.1 Estratégia e Perfil Organizacional       |
|  | 1.2 Governação                               |
|  | 1.3 Transparência                            |
| 2. Parceiros (Partners)                            | 2.1 Utentes                                  |
|  | 2.2 Trabalhadores                            |
|  | 2.3 Voluntariado                             |
|  | 2.4 Fornecedores                             |
|  | 2.5 Estado e Outras Entidades Públicas       |
| 3. Desempenho Económico e Financeiro (Performance) | 3.1 Atividade                                |
|  | 3.2 Rentabilidade (Rácios económicos)        |
|  | 3.3 Rácios Financeiros                       |
| 4. Proximidade (Proximity)                         | 4.1 Comunidade (Concelho)                    |
|  | 4.2 Investimento social, doadores e mecenato |
|  | 4.3 Parcerias                                |
| 5. Planeta (Planet)                                | 5.1 Eficiência energética                    |
|  | 5.2 Resíduos                                 |
|  | 5.3 Ambiente                                 |
| 6. Progresso (Progress)                            | 6.1 Infraestrutura TIC                       |
|  | 6.2 Aceitação da tecnologia                  |
|  | 6.3 Cultura                                  |

comunidade;

- Divulgar as suas atividades, serviços e respostas, bem como a partilha de outras informações que lhes permitam cumprir com as obrigações legais previstas no Estatuto das IPSS como, por exemplo, a obrigação de publicação das contas anuais;

- Disseminar as boas práticas e o impacto social que têm na comunidade.

Através da plataforma «somosipss.pt», as instituições poderão proceder à avaliação do seu desempenho económico, financeiro, social e ambiental desde 2018, devendo para tal responder aos questionários anuais de recolha de dados para cálculo dos

Deve ainda salientar-se que as instituições podem aderir, de forma totalmente gratuita, às duas componentes da plataforma – Website e Avaliação do Desempenho – ou apenas à que melhor responda às suas necessidades e interesses.

A plataforma tem a sua continuidade assegurada após o término do projeto, ou seja, concluído o prazo de financiamento, as instituições continuarão a utilizar a plataforma com todas as suas funcionalidades.

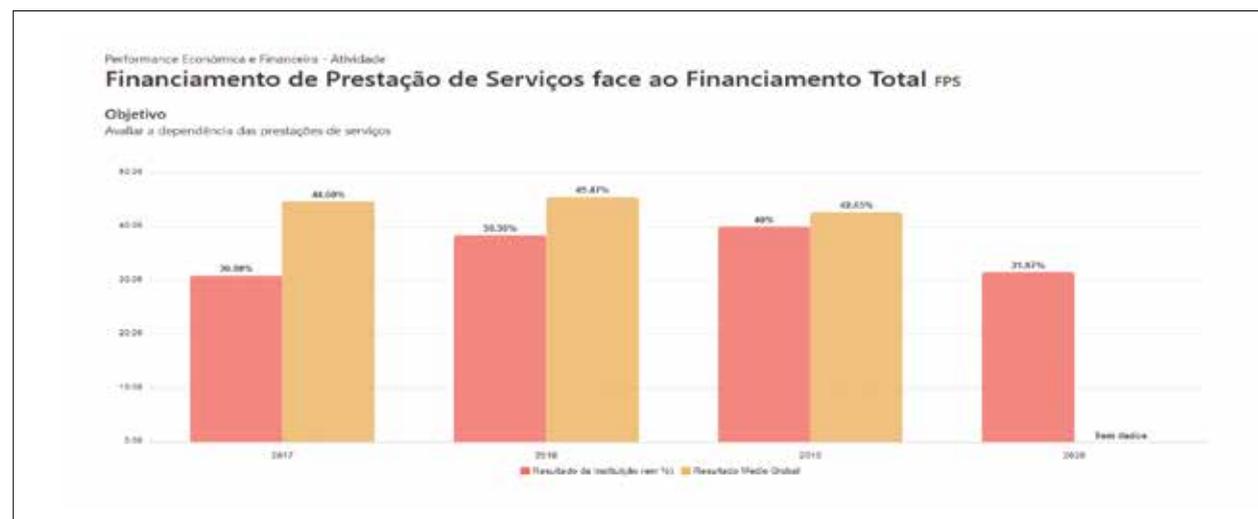
Num momento particularmente difícil para as IPSS, sobre as quais, nomeadamente no último ano, recaiu toda a atenção pública, a CNIS entende que a adesão à plataforma «somosipss.pt» é uma mais-valia para as instituições.

Além de lhes permitir cumprir com a obrigação legal de publicitação das contas anuais em website próprio, a plataforma possibilita um conhecimento detalhado e fidedigno do funcionamento e desempenho promotor de decisões que impulsionarão a melhoria, a eficiência, a transparência e a inovação.

Complementarmente, os dados globais da avaliação do desempenho das instituições aderentes à plataforma conferirão maior transparência e maior e melhor conhecimento da comunidade em geral sobre o Sector Social e Solidário.

Para mais informações sobre o Projeto TFA e a plataforma «somosipss.pt», os interessados deverão consultar os seguintes websites: <https://www.tfa.pt/> e <http://somosipss.pt/>.

Para esclarecimento de quaisquer dúvidas podem ainda consultar a CNIS através do endereço [cnis@cnis.pt](mailto:cnis@cnis.pt) ou os responsáveis do Projeto TFA através do endereço [somosipss@ua.pt](mailto:somosipss@ua.pt).



# educabiz®



CRECHES



INFANTÁRIOS



CATL



## A PRIMEIRA ESCOLHA EM PORTUGAL PARA AS VALÊNCIAS DA INFÂNCIA

500 INSTITUIÇÕES, 3000 EDUCADORES E 50.000 FAMÍLIAS JÁ UTILIZAM



A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

### ÁREA PEDAGÓGICA

- ✓ Registos de atividade diária;
- ✓ Planificação de atividades e de rotinas de sala;
- ✓ Relatórios de desenvolvimento;
- ✓ Portefólios digitais e partilha de imagens e vídeos;
- ✓ Registo de Entradas/Saídas com leitura de QRCode.

### ÁREA DE GESTÃO E FATURAÇÃO

- ✓ Emissão de todas as Faturas num só clique;
- ✓ Lista de pagamentos pendentes e em atraso, com envio de avisos;
- ✓ Mapas de caixa, vendas e contas correntes;
- ✓ Mapa de faturação completo;
- ✓ Ficheiro SAFT.

### ÁREA DE COMUNICAÇÃO

- ✓ Comunicação com os pais via web ou app Android e iOS;
- ✓ Envio de mensagens individuais ou em grupo;
- ✓ Organização facilitada de eventos;
- ✓ Placard digital para partilha de documentação;
- ✓ Promoção de produtos ou serviços com inscrições online.

| PLANO<br>(N.º DE UTENTES) | MENSAL<br>(S/ IVA) | ANUAL<br>(S/ IVA) |
|---------------------------|--------------------|-------------------|
| até 35                    | 25€                | 250€              |
| de 36 a 150               | 75€                | 750€              |
| de 151 a 350              | 105€               | 1050€             |
| mais de 350               | 130€               | 1300€             |

- ✓ Acesso seguro em qualquer lugar
- ✓ Atualizações incluídas
- ✓ Suporte e formação gratuitos
- ✓ Sem contrato de fidelização
- ✓ Conformidade com RGPD
- ✓ Registos exigidos pela SS e ME

Marque uma apresentação: 222 400 196 ou [info@educabiz.com](mailto:info@educabiz.com)



[www.educabiz.com](http://www.educabiz.com)



ASSEMBLEIA GERAL

# Pandemia determinou em grande medida a atividade e contas de 2020

A CNIS reuniu em Assembleia Geral, que não prática foram duas, quase um ano depois da última reunião Magna. Em discussão e votação estiveram o programa de Ação e o Orçamento para 2021 e ainda o Relatório de Atividade e Contas de 2020, documentos que foram aprovados por larga maioria. Se a atividade e contas 2020 ficaram marcadas pela pandemia, o Programa de Ação para 2021 ainda tem muitas dessas marcas, para além de propor a realização de muitas iniciativas previstas e não realizadas no ano passado.

Quase um ano depois, a CNIS voltou a reunir em Assembleia Geral, tendo no passado dia 26 de junho sido realizadas duas reuniões magnas, a que devia ter acontecido em novembro de 2020, para apresentação do Plano de Ação e do Orçamento para 2021, e ainda a que devia ter acontecido por volta de março para apresentação e votação do Relatório de Atividade e Contas de 2020.

A pandemia tem marcado o quotidiano e pautado o ritmo da vida de todos desde março de 2020, sendo que as assembleias gerais, pelas implicações na obtenção de apoios do Estado, assumem, por isso também, um papel de grande importância e daí a necessidade da sua realização.

Em Fátima, as reuniões magnas da CNIS reuniram cerca de 70 instituições – o número mais baixo de presenças, pelo menos, da última década –, o que não é de estranhar face ao momento que o país ainda vive em termos de Covid-19, com várias regiões a registarem valores muito elevados de infetados.

Ainda assim, as duas assembleias gerais decorreram como previsto.

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, apresentou o Programa de Ação para 2021, começando por lembrar que “as consequências da situação pandémica continuam a condicionar em 2021 o funcionamento das IPSS, quer em termos financeiros quer em termos de desafios no funcionamento das respostas sociais”, pelo que a Direção preparou “um Programa de Ação ambicioso, realista e exigente em termos de objetivos e ações”, acrescentando: “Este é um Programa de afirmação dos nossos valores e convicções e que com muita determinação nos propomos desenvolver”.

Por outro lado, o «vice» da CNIS referiu que “a situação atípica originou que a implementação do Programa de Ação 2021, tivesse início sem estar aprovado pela Assembleia Geral”.

Sinais dos tempos dominados pela pandemia e que têm impedido as reuniões presenciais.

O Programa de Ação 2021 assenta em três eixos estratégicos – Defender e promover o quadro de valores, preservar a identidade e afirmação na comunidade; Contribuir para o



reforço da organização e do papel de intervenção das IPSS; e Estabelecimento de parcerias e da cooperação indispensável e devida – e reúne um conjunto de ações com destaque para: O dia da CNIS com a apresentação do estudo «As respostas sociais no percurso de cuidados à pessoa com dependência»; Promoção da Chama e XIV Festa da Solidariedade, em parceria com a União Regional das IPSS dos Açores, que está prevista realizar-se entre os dias 30 de agosto e 4 de setembro; Realização de um documentário com relato e registo de como o Sector Social Solidário viveu/enfrentou a pandemia Covid-19; Dinamização da ROTASS (Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário) e a consolidação da articulação com plataforma «Dar e Receber», da Entreatajuda; Promoção do Voluntariado Universitário, com a consolidação dos protocolos celebrados e o seu alargamento às universidades do Algarve e da Beira Interior e ao Politécnico de Bragança, e ainda trabalhar a articulação com CASES para

registo na sua plataforma.

Espera-se um ano preenchido de iniciativas, entre as quais a realização de 12 seminários especializados em seis distritos e 30 ações formação e-learning certificada e gratuita, em parceria com o IEFP, sobre Segurança e Saúde no Trabalho – Situações epidémicas/pandémicas. Por outro lado, pretende-se realizar uma experiência-piloto na Região Norte, em parceria com IEFP, no âmbito do RVCC (Reconhecimento e Validação dos Conhecimentos e Competências).

A CNIS vai ainda promover um encontro com IPSS com resposta de acolhimento e com atividades na área da Infância e Juventude (acolhimento familiar) e outras sessões de trabalho com instituições com respostas de CRI, CACI, Centro de Dia, Centro de Convívio e CATL, para além de promover a avaliação da operacionalização da medida relativa à «Gratuidade de frequência em creche».

Eleutério Alves aproveitou o momento para revelar mais algumas ações que a CNIS pretende

concretizar em 2021, como sejam a realização de um seminário de encerramento do projeto «Como promover a prestação de contas social, económica e financeira no Sector da Economia Social: o caso das IPSS», dinamizado pelo ISCA e ainda o lançamento do Anuário, promoção de um debate/reflexão sobre a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais nos domínios da ação social, educação e saúde e a realização de um seminário na área da Deficiência.

Ainda em 2021, a CNIS pretende organizar e dinamizar Grupos de Conhecimento e Operacionalização em áreas como RNCCI, SNIPI, SAD, Acolhimento de crianças e jovens, CRI, CACI, Centro de Dia e CATL e ainda a realizar quatro encontros para apresentação e explicação às IPSS associadas do Compromisso de Cooperação 2021-2022.

Entre os destaques para 2021, a CNIS vai prosseguir com a elaboração da Central de Balanços, com o objetivo de duplicar a amostra, abrangendo 1.130 IPSS, e ainda colaborar na conclusão do estudo «Impacto da Covid-19 nos Lares de Idosos», no âmbito do

CoLabor (Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social).

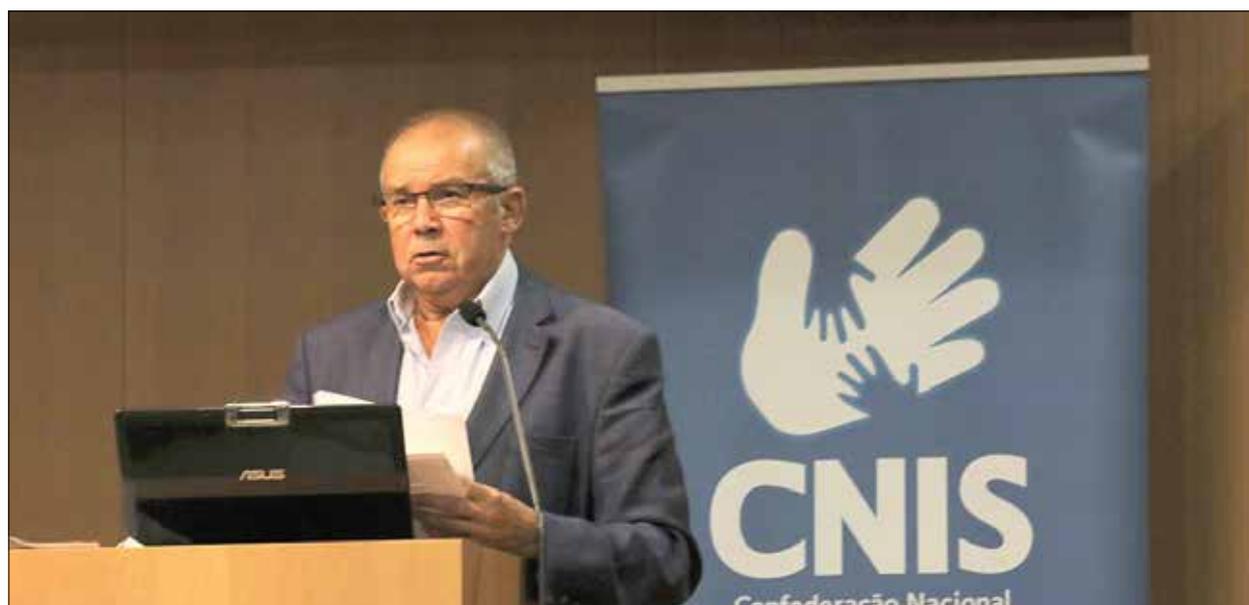
Por outro lado, a CNIS tem intenção de conseguir realizar algumas iniciativas pendentes de concretização do Compromisso de Cooperação 2019-2020.

Eleutério Alves apresentou ainda o Relatório Final do Programa de Ação de 2020, começando por sublinhar que “o contexto em que o Programa Ação 2020 se desenvolveu foi determinado pela pandemia de Covid-19, que provocou nas instituições a suspensão temporária de algumas respostas sociais, o agravamento dos custos de funcionamento e a alteração dos procedimentos na gestão dos Recursos Humanos”.

Determinante no ano de 2020 foi a circunstância de “os utentes terem que substituir os afetos, o convívio, as visitas dos familiares e a partilha de espaços por confinamentos, distanciamentos e isolamentos obrigatórios”, frisou o vice-presidente da CNIS, que, ainda na contextualização do que foi o ano passado, acrescentou: “O Sector Solidário confrontou-se com a ignorância sobre a forma de organização, funcionamento e capacidade de intervenção das IPSS, por parte de alguns sectores em especial na área da Saúde. Por outro lado, as direções das instituições foram ignoradas e muitas vezes substituídas, para diálogo e articulação, pelas direções técnicas, mas responsabilizadas pelo cumprimento de orientações que muitas vezes desconheciam”.

Eleutério Alves lembrou ainda que “o Sector Solidário foi sujeito a uma pressão mediática desajustada e violenta” e que, “muita dessa opinião pública e quase toda a publicada, foi sendo contrariada pela opinião das famílias que apoiámos, que demonstrava a confiança das populações que servimos, nas instituições, nos seus dirigentes e nos seus trabalhadores”, rematando: “O Sector Social Solidário chegou ao fim do ano mais tranquilo, mas não menos preocupado”.

Sobre o Programa de Ação 2020, Eleutério Alves afirmou que “a pandemia provocou alteração das prioridades, o desenvolvimento de ações



não previstas, a impossibilidade de execução de algumas ações, por dificuldade de ajustamento e cumprimento das condições sanitárias, e ainda o não cumprimento de diversas iniciativas e alguns prazos previstos no Compromisso de Cooperação 2019-2020”.

Destaque ainda para a não realização da XIV Festa da Solidariedade, prevista para os Açores e que transita para 2021, do Seminário na área da deficiência e ainda algumas ações de formação.

Apesar das inúmeras iniciativas planeadas e não realizadas, o ano não foi tranquilo para a CNIS, nem para nenhuma IPSS. Nesse sentido, para além das ações previstas e realizadas, e foram muitas, a CNIS concretizou um conjunto de iniciativas não planeadas, na esmagadora maioria relacionadas com a pandemia, como por exemplo: “A elaboração, em conjunto com a União das Misericórdias, do modelo para o Plano de Contingência e divulgação junto de todas as IPSS; preparação de um memorando sobre as Medidas de Prevenção 2.ª Vaga; apresentação das estratégias de prevenção e mitigação de 2ª Vaga; participação em permanência no Grupo de Trabalho de Crise criado no MTSSS para o estabelecimento de medidas e articulação interinstitucional, nomeadamente entre os ministérios da Segurança Social e da Saúde, Cáritas, Confederação Portuguesa do Voluntariado e União das Misericórdias”.

Ainda no âmbito do combate à Covid-19 e no sentido de melhor apoiar as instituições associadas, a CNIS efetuou um “levantamento, a nível nacional, das necessidades de EPI das IPSS” e uma “campanha de angariação de fundos e de beneméritos para aquisição e distribuição de EPI” e criou Equipas Distritais de

Acompanhamento Permanente, em estreita colaboração com as Uniões Distritais, entre muitas outras ações.

“Com união, determinação, competência e resiliência, cumprimos”, finalizou Eleutério Alves.

Macário Correia, tesoureiro da CNIS, apresentou as Contas de 2020 e ainda o Orçamento para 2021, dois documentos também eles muito marcados pela pandemia.

Sobre a execução orçamental do ano passado, especialmente devido ao investimento feito na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, os valores ultrapassaram em muito o orçamento previsto, mas o resultado líquido acabou por ser positivo, no valor de cerca de 263 mil euros, muito por culpa do recebimento de um valor em atraso da Segurança Social e ainda pelo reduzido número de deslocações devido às restrições de movimentação determinadas pela Covid-19.

Já o Orçamento para 2021, já parcialmente executado, o tesoureiro prevê um resultado líquido positivo de pouco mais de 37 mil euros.

Os quatro documentos foram aprovados por esmagadoras maiorias.

A reunião terminou com a votação de um voto de pesar, proposto pelos órgãos sociais da CNIS, pelo falecimento de utentes, dirigentes e trabalhadores em consequência da Covid-19, um voto de louvor, proposto pelo Centro de Promoção Infantil, ao padre Lino Maia pela dedicação e empenho na defesa das instituições e ainda um voto de louvor, proposto pelo Conselho Fiscal, pelo trabalho desenvolvido pela Direção da CNIS.

MEDIDA DE APOIO AO REFORÇO DE EMERGÊNCIA EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE

# Governo prorroga MAREESS até 31 de dezembro de 2021

O Governo prorrogou a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS) até 31 de dezembro de 2021.

Através desta medida, até ao início de março, já tinham sido colocadas 17.500 pessoas em 1.855 entidades, na sua maioria (63%) em projetos que se enquadram no apoio a idosos.

A MAREESS foi criada em abril de 2020, no âmbito da pandemia de Covid-19, e permite a instituições, com resposta de lar de idosos, de lares residenciais e outras, a integração de pessoas para desenvolvimento de trabalho socialmente útil.

Até ao momento, foram pagos 23 milhões de euros ao abrigo da MAREESS. Com a prorrogação desta medida até 31 de dezembro, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2021, continuará a ser atribuída uma bolsa mensal de 438,81 euros para desempregados que recebem prestações de desemprego ou de 658,22 euros para os restantes, existindo uma majoração de 30% para profissionais mais qualificados.

As entidades que contratem sem termo os participantes colocados ao abrigo desta medida têm direito a um prémio-emprego.

O apoio a conceder equivale a duas retribuições-base, até ao limite de 2.194 euros.

Estão abrangidas pela MAREESS pessoas desempregadas (independentemente de estarem ou não inscritos no IEFP), trabalhadores com contrato suspenso ou horário de trabalho reduzido, trabalhadores independentes e também



trabalhadores com contratos de trabalho a tempo parcial, desde que não tenham mais de 60 anos.

São ainda abrangidos estudantes ou formandos, desde que com pelo menos 18 anos.

Foi também prorrogado, até 30 de junho, o programa de testagem preventivo dos funcionários de lares de idosos. Ao abrigo deste programa, foram já feitos 276 mil testes desde março

de 2020.

Na segunda fase, atualmente em curso e iniciada em outubro de 2020, os 159 mil testes realizados permitiram evitar 851 potenciais surtos.

Com a publicação desta Portaria de Prorrogação, as IPSS que já se tinham candidatado e viram as suas candidaturas indeferidas, devem apresentar uma nova candidatura.

OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

## Dificuldades financeiras levam instituição a encerrar quatro ATL na cidade

A Obra Diocesana de Promoção Social do Porto (ODPS) anunciou que, face a “elevadas dificuldades financeiras”, está a ser “ponderado e negociado” o encerramento de resposta de ATL em quatro dos seus centros sociais, o que afeta “um máximo de 142 utentes”.

Em comunicado, o conselho de administração da ODPS esclareceu que o encerramento dos quatro centros de ATL estava a ser ponderado em articulação com o Centro Distrital da Segurança Social e a Câmara Municipal do Porto.

Numa nota divulgada, a autarquia portuense disse ter sido surpreendida com o ofício da Obra Diocesana que decidiu, de forma unilateral, encerrar os quatro ATL na cidade, acrescentando que também “não houve qualquer contacto por parte da Diocese do Porto”, “a exemplo do que já anteriormente sucedeu com o Centro Social de Cedofeita”.

Na mesma nota, o município referia ainda que, “ao longo dos anos, a generalidade de respostas sociais da Obra Diocesana é desenvolvida em instalações cedidas, a título gratuito, pela Câmara Municipal do Porto que, anualmente, concede uma verba de 200 mil euros, destinada às obras de manutenção destes equipamentos”.

A autarquia adiantou ainda que “o presidente da Câmara do Porto [Rui Moreira] manifestou à Diocese do Porto e à Segurança Social a disponibilidade do município vir a assumir o défice de exploração destes quatro ATL [Atividades de Tempos Livres], geridos pela Obra Diocesana, pelo período de um ano, garantindo que esta resposta social não é interrompida, havendo assim tempo para encontrar uma alternativa”.

Num outro comunicado, a Obra Diocesana salientou que se encontrava “a realizar todos os

esforços, junto dos agrupamentos de escolas onde os quatro centros se inserem (legalmente competentes desde 2019), de forma a garantir que os interesses das crianças são e serão salvaguardados, nomeadamente a oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular”.

“Como é do conhecimento público, pese embora todos os esforços empreendidos, a Obra Diocesana confirma que atravessa uma fase de elevadas dificuldades financeiras, que compromete a sua sustentabilidade a curto prazo”, referiu a instituição.

Contudo, o Conselho de Administração garantiu que “está e estará comprometido com a salvaguarda de todas as crianças a seu cargo na totalidade dos 12 centros que administra”.

ONLINE TALKING SOBRE «O PAPEL DAS ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DO SECTOR SOCIAL»

# O caminho a percorrer na cooperação é a participação ser complementar

A III Online Talking «State of Art & Paradigm Shift», promovida pela Unitate – Associação de Desenvolvimento da Economia Social, teve como tema central «O Papel das Estruturas Representativas do Sector Social».

Sob a moderação de Eugénio Fonseca, presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado, os representantes das principais organizações do Sector Social Solidário (Lino Maia, presidente da CNIS, Humberto Carneiro, da União das Misericórdias Portuguesas, e Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas), para além de uma intervenção inicial, responderam a diversas perguntas feitas pela plateia online e aos desafios do moderador.

Entre os vários os assuntos abordados, a questão da sustentabilidade financeira das instituições, ou da falta dela, dominou as mais de três horas de reunião online, cruzando-se com outras temáticas que acabam por lhe estar na génese.

O presidente da CNIS defendeu que o papel das organizações representativas do Sector Social Solidário assenta em cinco funções: “Apoiar as IPSS, por exemplo, com informação; capacitar, através de formação permanente; congregar; cooperar com o Estado, mas não só; e representar as instituições, seja na cooperação, na contratação coletiva ou junto de outros parceiros”.

Depois de lembrar que “as instituições sociais são responsáveis por 78% do que se faz em termos de ação social em Portugal”, o padre Lino Maia sublinhou que “o Estado tem uma obrigação da qual não se pode demitir”.

“As instituições fazem, mas por contrato com o Estado. Por isso, o Estado tem que financiar devidamente. Se as instituições têm que privilegiar os mais carenciados, o Estado não participa como devia”, asseverou, deixando um alerta.

“Na atual situação, as instituições correm dois riscos: podem desviar-se da sua missão, que é privilegiar o apoio aos mais carenciados, e podem transformar-se em empresas sociais. Ora, o desafio é que as instituições continuem a ter como prioridade os mais carenciados, com o envolvimento das comunidades e com o grande apoio do Estado, o que não está a acontecer”.

A este propósito, Humberto carneiro, da União das Misericórdias, lembrou que “o Estado precisa e recorre ao Sector Social Solidário, mas esquece-se que tem de cumprir as suas obrigações”.

Por seu turno, o líder da União das Mutualidades fez um mea culpa, dizendo: “Temos que assumir o erro de, com anteriores governos, termos aceitado valores de cooperação que não devíamos ter aceitado e agora temos este problema de sustentabilidade”.

As principais causas que os representantes do Sector Social Solidário identificam para os graves problemas de sustentabilidade que grande número de instituições vive atualmente são os constantes



aumentos do salário mínimo e a baixa participação do Estado, que não consegue colmatar a baixa participação dos utentes/famílias.

A este propósito, os três convidados mostraram-se, uma vez mais, em sintonia, defendendo a necessidade de se alterar o modelo de cooperação com o Estado.

“Está na hora de mudar o modelo de cooperação, mas terá que assentar em três bases: capilaridade, solidariedade e proximidade. Não podemos abandonar estas características”, sustentou o presidente da CNIS, sublinhando: “O caminho a percorrer é a participação ser complementar. O atual modelo de cooperação teve o seu sucesso, mas o país não é todo igual e a participação do Estado é igual para todo o país e não é suficiente, porque os nossos utentes, no global, não têm possibilidades para satisfazer a diferença entre o custo da resposta e o valor que o Estado participa”.

Humberto Carneiro reforçou esta ideia, afirmando que “é preciso que o Estado financie como deve de ser os utentes, porque, diga-se, o Estado não financia as instituições”.

Também sobre a questão salarial os três intervenientes se mostraram de acordo, defendendo a justiça do aumento salarial dos trabalhadores das instituições, mas sublinhando uma série de problemáticas que lhes estão associadas.

O padre Lino Maia começou por lembrar que, entre 2014 e 2021, a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) sofreu um aumento de 34% e que a massa salarial nas instituições se situa entre os 60% e 70 % dos custos operacionais, enquanto nos privados estes são da ordem dos 16%/17%.

“O salário mínimo aumentou, mas a cooperação não acompanhou e daí a degradação do sector. As instituições não fecham portas porque servem a comunidade, mas estão a degradar-se. Por isso, é essencial a cooperação do Estado aumentar”, defendeu o presidente da CNIS.

“Os trabalhadores são o nosso melhor ativo e na pandemia foram heróis”, sustentou Humberto Carneiro, argumentando que “é preciso haver um ajustamento da participação do Estado, porque com o salário mínimo a chegar-se ao salário médio não há discriminação positiva”.

Por seu turno, José Alberto Silva mostrou-se “totalmente a favor de melhorar as tabelas remuneratórias, porque os trabalhadores são verdadeiros heróis e merecem”, lembrando ainda que “muitos facilmente saem para o privado”.

No webinar promovido pela Unitate foi ainda abordado o tema da transferência de competências para as autarquias.

Defendendo que a transferência de competências, que abrange as respostas de RSI, SAAS, CLDS e Rede Social, “foi feita atabalhoadamente e, por isso, vai dar erro”, o presidente da CNIS afirmou-se “crítico” do processo, “porque as instituições já o fazem e vão surgir as questões partidárias e clientelares”.

Esta ideia foi reforçada pelo representante da União das Misericórdias, dizendo que o processo “pode pôr em risco as respostas que as instituições já dão”.

No final da sessão, Luís Alberto Silva, questionado pela plateia, revelou que, face ao “imenso número de candidaturas” que as instituições submetem ao PARES 3.0, “a dotação financeira do programa é insuficiente”.

É que o PARES 3.0 tem um orçamento de 200 milhões de euros e as candidaturas ascenderam aos 800 milhões de euros.

“Segundo a ministra da Segurança Social, a dotação não irá ser reforçada, mas as instituições que se candidataram e não foram contempladas passam diretamente para o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

# Relatório 2020 regista aumento de 7,6% nos casos de violência doméstica

A violência doméstica com 13.363 casos teve um aumento de 7,6 por cento, enquanto os comportamentos de perigo na infância e juventude (5.594) e a negligência (11.955) registaram uma diminuição, demonstra o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Mais de 41 mil situações de perigo, com destaque para a violência doméstica, foram comunicadas às CPCJ em 2020, um valor inferior a 2019 num ano atípico marcado por uma pandemia.

Segundo o documento foram comunicadas 41.337 situações de perigo, menos 2.459 do que em 2019, mas ainda assim em número superior ao registado em 2018.

A violência doméstica com 13.363 casos teve um aumento de 7,6 por cento, enquanto os diagnósticos que configuram os comportamentos de perigo na infância e juventude (5.594) e a negligência (11.955), registaram uma diminuição, respetivamente, na ordem dos 3,6% e 2,6%.

Durante o ano passado, as 310 CPCJ acompanharam 66.529 crianças e jovens,

movimentando 69.622 processos de promoção e proteção, dos quais 39.366 foram iniciados em 2020. Em 2019 tinham sido acompanhadas 68.962 crianças e jovens.

As participações foram feitas essencialmente pelas forças de segurança (14.797), escolas (8.283) e Ministério Público.

Já as comunicações protagonizadas por pessoas anónimas – vizinhas, particulares e familiares –, constituem aproximadamente 17% do total de participações efetuadas às CPCJ em 2020.

A tipologia violência doméstica, que este ano sofreu um aumento, engloba as situações de perigo “exposição a violência doméstica” e a “ofensa física em contexto de violência doméstica”, que representam aproximadamente 97% das situações de perigo comunicadas nesta categoria.

No que se refere à negligência, as situações de perigo mais comunicadas são a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, representando 25%, e a falta de supervisão e acompanhamento

familiar, que foi na ordem dos 21%.

As situações de perigo comunicadas referem-se, sobretudo, a crianças nas faixas etárias entre os 6 e os 17 anos de idade (70%).

Comparando com o ano de 2019, continuam a destacar-se ainda o direito à educação e os comportamentos de perigo na infância e juventude, com valores muito próximos entre si, mas tendo-se registado uma inversão, com o direito à educação a prevalecer ligeiramente.

No que se refere à diferença entre o número de crianças e jovens acompanhadas (66.529) e o número de processos de promoção e proteção (69.622), 3.093, o relatório explica que está relacionado com as mudanças de residência das crianças/jovens que implicaram a transferência do processo para outra CPCJ, o que, contabilisticamente significou contar o mesmo processo nas diversas CPCJ que acompanharam a criança.

Por outro lado, inclui 1.706 situações que originaram mais do que uma reabertura de processos no mesmo ano.



SOLUÇÕES  
TECNOLÓGICAS  
ESPECÍFICAS PARA A  
ECONOMIA SOCIAL E  
UNIDADES DE SAÚDE

ELEVADO  
NÍVEL DE  
SATISFAÇÃO  
DE CLIENTES

SERVIÇOS DE  
FORMAÇÃO E  
CONSULTORIA TI  
EM TODO O PAÍS

APOIO  
ESPECIALIZADO  
AOS UTILIZADORES  
DO SOFTWARE F3M



Acordo com a CNIS,  
parceria com 18 Uniões  
Distritais de IPSSs, acordo  
com a REDEMUT e  
Fornecedor da UMP.

PROTOCOLO CNIS, EDP COMERCIAL E FUNDAÇÃO EDP

# «Bairro Solar Solidário» pretende baixar custos das associadas e ajudar vizinhos

A CNIS, a EDP Comercial e a Fundação EDP assinaram um protocolo de colaboração que visa a produção de energia solar em IPSS, a qual pode ser para autoconsumo, para venda e até para ajudar famílias carenciadas nas redondezas da instituição.

As instituições que aderirem não têm que realizar qualquer investimento, podendo beneficiar de poupança no consumo com a inerente redução de despesas.

O protocolo surge no âmbito da iniciativa da empresa energética denominada «Bairro Solar Solidário», por meio da Fundação EDP, que pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no sentido de aumentar a eficiência energética e combater a pobreza energética das famílias mais desfavorecidas.

O «Bairro Solar Solidário» assenta em duas vertentes: “Acordo tripartido entre a associada CNIS, que assume o papel de produtor de energia renovável, a Fundação EDP e a EDP Comercial; Acordo entre a EDP Comercial e vizinhos que beneficiam da energia solar”.

Através desta modalidade, as IPSS associadas aderentes “beneficiam de parte da energia do Autoconsumo Coletivo”, poupando assim na fatura e pagando “uma mensalidade à EDP Comercial correspondente a uma percentagem da poupança total”. Esta mensalidade varia consoante a duração do contrato.

No caso de haver condições técnicas, a IPSS poderá servir de fornecedor e intermediário com os vizinhos.

No contexto deste projeto, estão definidos dois tipos de vizinhos.

Assim, os vizinhos comuns, que beneficiam de um desconto de 20% na energia consumida na modalidade de Autoconsumo Coletivo, e os vizinhos vulneráveis, que beneficiam da energia autoconsumida de forma gratuita ao longo da duração do contrato.

Para efetivar a gratuidade da energia autoconsumida pelo vizinho vulnerável, a Fundação EDP disponibiliza um subsídio. Então, a IPSS aderente utiliza esse subsídio para pagar à EDP Comercial e permite o consumo da energia efetuado pelos vizinhos vulneráveis.

Apesar de ser a instituição a selecionar os vizinhos vulneráveis, cabe à EDP Comercial indicar o número de beneficiários da energia gratuita “em função do pagamento realizado pela associada CNIS”.

Com o investimento na instalação a cargo da EDP Comercial, as instituições associadas aderentes ao «Bairro Solar Solidário» tem como principais obrigações: ceder o espaço para instalação da central solar, identificar



os critérios de seleção e selecionar os vizinhos e pagar a prestação inicial (correspondente ao subsídio da Fundação EDP) à EDP Comercial para a energia dos vizinhos vulneráveis ao longo do contrato.

Este protocolo, que surge no âmbito da iniciativa da energética «EDP Solar Communities», vai agora ser divulgado junto das IPSS associadas, estando ainda prevista uma cerimónia para a formal assinatura do documento.

## DOAÇÃO DE VIATURAS

Por outro lado, a EDP vai entregar viaturas a instituições sociais em municípios onde tem centros de produção de energia, incluindo os territórios onde deixou de ter atividade, como é o caso de Sines, mas ainda não decidiu o destino destes veículos.

Todas as instituições interessadas podem candidatar-se através do site da EDP, até 30 de julho.

As candidaturas serão avaliadas entre agosto e setembro, estando prevista a divulgação dos resultados e a entrega das viaturas no último trimestre de 2021.

Podem inscrever-se IPSS, corporações de bombeiros, associações desportivas, recreativas e ambientalistas, misericórdias ou autarquias, entre outros.

Na seleção, serão analisados critérios como a reconhecida intervenção social e

cívica na comunidade, o não terem objetivos de lucro, o terem a sua situação fiscal e na Segurança Social regularizada e não terem recebido viaturas nos últimos três anos.

A iniciativa, levada a cabo através da EDP Produção, faz parte de um programa de investimento social em várias regiões.

Em comunicado, a energética esclareceu que o objetivo é doar veículos usados para apoio a ações sociais e iniciativas nas comunidades locais.

Cada instituição candidata só poderá receber uma viatura, devendo indicar a sua preferência entre as opções disponíveis.

Nesse sentido, há veículos de passageiros, comerciais, carrinhas de transporte, pick-up e elétricos, com um máximo de oito anos de atividade ou 200 mil quilómetros (no caso dos elétricos, devem ter 160 mil quilómetros ou 60% da capacidade de bateria operacional). A EDP assegura que as viaturas são totalmente renovadas antes de serem entregues.

A doação de viaturas às comunidades é uma prática que a EDP promove há alguns anos, tendo como destinatários diferentes tipos de instituições, como as IPSS, entre outros.

Desde 2016, a EDP já doou 25 viaturas a essas entidades, num valor estimado de 240 mil euros.

# Respostas mais fustigadas pela pandemia

O acordo foi finalmente alcançado e o Compromisso de Cooperação 2021-2022 acaba por refletir um acréscimo de 134 milhões de euros nas participações financeiras do Estado. À atualização de 3,6% para todas as respostas sociais, acrescem 2% às respostas Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Lar Residencial e Residência Autónoma e ainda um reforço extra de oito milhões de euros para aquelas “mais fustigadas pela pandemia” (ERPI, Lar Residencial e Residência Autónoma). Na cerimónia de assinatura, o presidente da CNIS lembrou que “é preciso o Estado assumir as suas obrigações” para que “o Sector Social Solidário não colapse”.

Foi, o que se ousa dizer, um parto difícil, mas está, finalmente, assinado o Compromisso de Cooperação 2021-2022. As posições divergentes entre o Governo e o Sector Social Solidário, em especial no que toca à atualização das participações financeiras, prolongaram o processo mais tempo do que era desejado, mas o acordo foi finalmente alcançado.

Assim, no passado dia 5 de julho, nas instalações do Instituto da Segurança Social, em Lisboa, Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação, pelo Governo, e o padre Lino Maia, da CNIS, Manuel Lemos, da União das Misericórdias, Luís Alberto Silva, da União das Mutualidades, e Rogério Cação, da Confecoop, pelo Sector Social Solidário, firmaram o compromisso que vai guiar a cooperação nas seguintes áreas estratégicas:

Segurança Social; Medidas Ativas de Emprego, de Formação Profissional, de Capacitação e de Qualificação; Saúde; Cuidados de Saúde e Apoio Social; Educação; e Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Relativamente à matéria que manteve durante muito tempo as partes distantes do acordo, o Compromisso de Cooperação 2021-2022 plasma uma atualização da participação financeira do Estado de 3,6% (em 2020 fora de 3,5%), ao que acresce 2% para as “respostas mais fustigadas pela pandemia”, como referiu a ministra Ana Mendes Godinho.

“Relativamente às respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Lar Residencial e Residência Autónoma, considerando a manutenção

do estado pandémico, com implicações ao nível da atividade das instituições, ao agravamento das situações de dependência dos utentes das respostas, à manifesta necessidade de reforço de

recursos humanos e aos custos acrescidos das despesas de funcionamento decorrentes



dos referenciados fatores, mantém-se o reforço de 2% da participação financeira da Segurança Social às mencionadas respostas”, pode ler-se no documento agora assinado.

A estes valores acresce um reforço de oito milhões de euros para as respostas sociais de ERPI, Lar Residencial e Residência Autónoma, a ser pago numa única tranche, já em agosto.

“Será efetuado, com caráter excepcional e no processamento do mês de agosto, o pagamento de uma participação única a distribuir pelas respostas sociais ERPI, Lar Residencial e Residência

Autónoma, no valor de 8 M€, associada aos efeitos da pandemia e para fazer face às despesas extraordinárias no ano em curso, com o seguinte critério: montante calculado com base no número de utentes em acordo”, lê-se ainda.

Refira-se ainda que a atualização de 3,6% produz efeitos a 1 de janeiro de 2021, enquanto que o reforço de 2% produz efeitos a 1 de julho de 2021. Refira-se que este reforço já estava a chegar às instituições desde janeiro, mas por via de uma Portaria governamental.

“Esta é a maior atualização já feita em termos de Compromisso de Cooperação, ascendendo a um valor global de 134 milhões de euros”, referiu a ministra Ana Mendes Godinho, na cerimónia de assinatura do acordo, acrescentando: “Este é o maior reforço de sempre da cooperação e serve para apoiar o Sector Social Solidário e as respostas sociais mais fustigadas pela pandemia”.

A ministra da Segurança Social começou por lembrar que “vivemos tempos de grande turbulência”, mas também “tempos de grande

# a com reforço extra de 8 milhões de euros



dedicação e de enorme compromisso de em conjunto chegarmos às pessoas”.

“Esta é uma enorme missão conjunta”, frisou a governante, elogiando a “parceria virtuosa, um exemplo a nível mundial”, com o Sector Social Solidário.

“Sem vós, não teria sido possível passar a pandemia como temos passado. Quero aqui deixar um enorme agradecimento aos trabalhadores das instituições sociais, que são uns verdadeiros heróis”, sustentou, acrescentando: “O Sector Social é o parceiro-chave e o instrumento essencial para promovermos a coesão social e territorial”.

Ana Mendes Godinho aproveitou ainda a ocasião para deixar um desafio a todos: “Esta é uma grande oportunidade para fazermos melhor do que fazíamos. Com confiança, esperança e mobilização, esta é também uma oportunidade para reformular as respostas sociais”.

Por seu turno, o presidente da CNIS, em nome das quatro organizações representativas do Sector Social Solidário, “que se dão como uma só”, começou por dizer que o Compromisso de Cooperação 2021-2022 “é um documento importante e se assinámos é porque estamos de acordo”.

No entanto, o padre Lino Maia sustentou que “pode ser que precise, aqui e acolá de uma interpretação ajustada”, dando como exemplo a questão das farmácias.

“Se assinei é porque subscrevo e se subscrevo é porque aceito”, reforçou, depois, aos jornalistas, acrescentando: “O que é preciso agora, é ajustar as interpretações. Esse é um trabalho

que vamos agora fazer. Vamos procurar uma posição conjunta com os diversos ministérios para que depois não haja situações menos claras. Muitas vezes o problema não são os ministros, por vezes são poderes que se instalam nos ministérios e que levam a interpretações erradas”.

“Nós sabemos, que os ministros sabem que nós sabemos que eles sabem que o Sector Social Solidário é um sector com que o Estado pode contar... e conta”, defendeu.

Ainda assim, “há assuntos que ficaram por resolver”, afirmou o padre Lino Maia, lembrando que “ainda há caminho a percorrer” e que, “se o estado prescindisse do sector social, teria mais despesa e não chegava aos mais carenciados”.

No momento em que passam 25 anos da assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, o presidente da CNIS deixa um alerta: Deve aproveitar-se a revisão da “lei mestra da solidariedade” para “dar passos em frente, para que, de uma vez por todas, se apague a discussão sobre o nosso lugar, o nosso papel, que é insubstituível, e para que este sector não colapse”.

Nesta linha, o porta-voz das instituições sociais sublinhou que, “para ser Estado Social, o Estado tem que assumir as suas responsabilidades”, acrescentando: “A sustentabilidade deste sector depende da boa gestão, mas o Estado tem que cumprir com as suas obrigações. Sem este sector, Portugal seria um país pior. No entanto, este é um momento de esperança”.

Lembrando o papel decisivo de Ana Mendes Godinho – “Na ministra vemos uma amiga,

muito persistente, uma persistência que quase incomoda” –, o líder da CNIS explicou que “o objetivo da senhora ministra foi que estivéssemos todos no mesmo barco”, deixando ainda elogios à secretária de Estado da Ação Social, Rita Cunha Mendes: “Nós dantes não a conhecíamos, mas habituámo-nos a ver nela o pivô da solidariedade, da cooperação e da comunhão. Fez um trabalho persistente para levar o barco a bom porto”.

No final, em declarações aos jornalistas, o presidente da CNIS salientou duas questões que preocupam o sector.

“A primeira, não está no compromisso, mas prende-se com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Estamos com dificuldades em contratar enfermeiros e outro pessoal, porque são requisitados pela Saúde. É preciso que haja elasticidade por parte do Ministério da Saúde em relação a esta matéria”, defendeu, acrescentando: “A outra questão tem a ver com o SAD, pois há o receio que possa haver um ataque às instituições por não prestarem todos aqueles serviços que em acordo de cooperação deviam prestar, mas que não é possível fazer. Por isso, é necessário haver a tal interpretação, o tal ajuste na aplicação dos normativos, porque as instituições não aceitam ataques”.

A CNIS tem planeados encontros com as IPSS associadas para melhor explicar o que está em causa no Compromisso de Cooperação 2021-2022.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

**À hora de fecho desta edição, o Solidariedade tomou conhecimento do falecimento de Rogério Cação, presidente da Confecoop, apresentando desde já as mais sentidas condolências a toda a família e amigos. Professor de educação especial, há muito está ligado à área social, em especial da deficiência intelectual. A assinatura do Compromisso de Cooperação 2021-2022, no passado dia 5 de julho,**

**foi o seu último ato institucional, reflexo do “percurso de solidariedade e cuidado do outro” que o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou.**

**“Um homem de causas”, comentou o padre Lino Maia, enquanto a ministra Ana Mendes Godinho, referiu-se a Rogério Cação como “grande referência do Sector Social Solidário”.**

**JOSÉ A. DA SILVA PENEDA**  
Economista



# Portugal - Liberdade e Esperança

Chegou-me às mãos o livro intitulado “Portugal Liberdade e Esperança – Uma Visão para Portugal 2030” da autoria de Joaquim Miranda Sarmento, Professor Universitário e Doutoramento pela Universidade de Trilburg na Holanda. Li o livro numa tarde e concluí que estamos perante uma obra de referência para os próximos tempos. É claramente de leitura obrigatória para quem se preocupa com políticas públicas e, especialmente, com o futuro do nosso País.

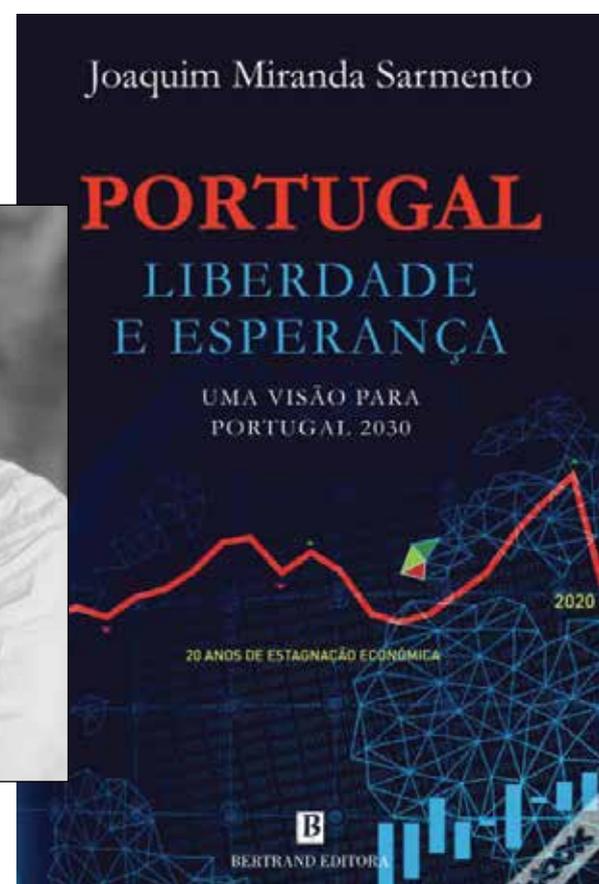
O que mais me impressionou no livro foi a sensibilidade política do autor. Desde logo porque tem a noção de que quando tudo é definido como prioritário, acaba por nada ser prioritário. As suas prioridades são quatro áreas em que considera que o País está mais debilitado e para as quais entende que há necessidade urgente de atuar. Assim, identifica em primeiro lugar a necessidade da reforma das instituições públicas, porque sem instituições robustas será difícil almejar grandes saltos em termos de desenvolvimento. Em segundo lugar, privilegia a educação, porque ainda é baixo o nível de educação e de formação do capital humano no nosso País. Em terceiro lugar, dada a fraca competitividade da economia, sublinha que as empresas deverão ser o motor do crescimento, permitindo mais e melhor emprego, bem como mais receitas fiscais que permitam uma política redistributiva mais ambiciosa e, em quarto lugar, dedica uma especial atenção à situação demográfica com as consequências que advêm do acentuado envelhecimento e da perda de população em idade ativa.

O autor mostra que tem uma ideia para Portugal, apresenta um pensamento estruturado sobre os problemas e estrangulamentos do País, exhibe um inconformismo perante a evolução da economia durante as duas últimas décadas e é muito claro sobre o seu conceito de liberdade, seja ela de natureza económica, social, ou religiosa. Afirma que o Estado que deve estar a serviço da pessoa e não o contrário, a pessoa ao serviço do Estado. Aponta a responsabilidade maior do Estado nas funções de soberania, regulação,

supervisão e fiscalização, especialmente dirigida para setores em que haja “falhas de mercado” e ainda nas funções sociais, como garante do acesso generalizado de todos à saúde, educação e a um nível de vida condigno, em que o elevador social funcione e que as desigualdades e a pobreza diminuam. O autor defende a criação de condições onde haja maior liberdade económica para que a economia possa criar mais riqueza e, através de políticas redistributivas e de apoio nas quais o Estado é o garante, mas não é o único prestador, fomentar a cooperação entre os setores público, social e o privado.

O autor recusa todas as formas de coletivismo. O seu pensamento está nos antípodas. Assenta no pluralismo das ideias e na participação igual de todos, única via que pode promover a criatividade e a inovação, fatores essenciais para o desenvolvimento dos tempos modernos. Este tipo de posicionamento é muito importante ser afirmado porque estamos num tempo em que as perturbações resultantes da pandemia, das crises nos sistemas democráticos, do aumento das desigualdades, do domínio excessivo do lucro, da instalação de elementos de totalitarismo, podem conduzir a sociedades déspotas que acabam por cercear as liberdades.

Sobre o setor social a posição do autor é clara. Ele entende que o País seria mal servido se todas as funções sociais ficassem exclusivamente nas mãos do Estado. Reconhece que grande parte das IPSS é bem gerida, mas



insiste que deve haver concorrência e um fator diferenciador em termos de oferta pública, privada e social, tanto na ação social, como na educação e saúde.

Na área social e mais diretamente no que tem a ver com o relacionamento com as IPSS, entre as medidas propostas pelo autor destaca a ideia de todos os apoios sociais passarem a ser concedidos por uma única entidade transversal aos Ministérios da Segurança Social, Educação, e Saúde, a revisão dos diplomas que concedem apoios sociais a entidades privadas, reunindo todas as disposições legais num código único e a fiscalização às IPSS deixar de ser feita pelos serviços dos Ministérios e passar para a alçada do Tribunal de Contas.

Vale a pena ler.

**HENRIQUE RODRIGUES***Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# A nova vaga

**1** - Passado o terror dos meses de Janeiro e Fevereiro, em que o crescimento das mortes por Covid-19 parecia imparável, a lenta mas progressiva diminuição das mortes, dos internamentos, em enfermaria e em cuidados intensivos, e do número de infeções, dava-nos a esperança de um irreversível caminho para a normalidade.

Bem lembrado do erro que cometera na ocasião do Natal, ao ter permitido que os portugueses atravessassem o País em todas as direcções, para festivas reuniões familiares nas terras de origem - e assim proporcionando as condições para a difusão generalizada da infecção, com os efeitos desastrosos em Janeiro e Fevereiro -, o Governo, sensatamente, não repetiu na Páscoa a liberalidade que concedera no Natal, o que permitiu que, em Março, Abril e Maio, os números fossem baixando para valores muito mais reduzidos, abrindo uma réstia de esperança aos portugueses.

Creio que nunca como durante esta epidemia ouvi e li tantas variações sobre a estafada imagem da “luz ao fundo do túnel” – túnel onde estávamos, ora no princípio do fim da pandemia, ora no fim do princípio, ora em qualquer ponto intermédio, segundo o grau de expectativa do falante ou do escrevente.

O que sucedeu em Janeiro e Fevereiro constituiu mesmo - não há que ser macio com as palavras -, um erro de trágicas consequências. E podia ter sido evitado; ou, pelo menos, minorado nos seus efeitos mais dramáticos.

Pensar-se-ia que a imprevidência do Natal teria servido de escarmento.

Infelizmente, não serviu.

À aproximação do Verão, a pressão do sector do turismo – talvez o sector de actividade económica mais penalizado pela pandemia no nosso País – levou a melhor sobre a parte mais prudente do Governo, que entendia que era cedo para a abertura de fronteiras.

Não se pode iludir o ar de festa com que as televisões reportavam a entrada maciça de ingleses no Algarve (e também em Lisboa), a partir de uma data muito anterior à da final da Liga dos Campeões, no Porto, apresentando-a como a reconciliação do mundo dos consumidores ricos com a nosso clima, comida e paisagens e com os representantes da hotelaria e turismo a exhibir a sua alegria com o regresso das libras e dos euros em abundância superlativa.

Estamos agora a pagar os efeitos desse segundo e repetido erro, com os números outra vez a subir, com o vírus a andar mais depressa do que a vacinação e correndo o risco que a sua difusão descontrolada – é o Governo que fala em

descontrolo ... – faça surgir novas variantes, porventura mais hábeis a contornar a protecção da vacina.

Com esse erro renovado, deixámos agora fugir pela porta muito mais do que havia entrado pela janela.

**2** – Fora de dúvida que compete às autoridades públicas decidir de que forma compatibilizam a necessidade de retoma da actividade económica com a protecção da saúde e mesmo da vida dos cidadãos.

Foram eleitos para nos governar – e governar é decidir!

Têm, nessa medida, inteira legitimidade para ponderar quantas vidas podem ser trocadas pela retoma da economia – pois, na sua crueza, é também disso que se trata.

O que já me parece fora do tom e da boa norma é darem-nos explicações para os insucessos das medidas que vão sendo tomadas que não têm em conta um módico de inteligência dos cidadãos, nem o nível de informação que hoje geralmente possuímos sobre o estado da infecção em Portugal e no Mundo – a começar pela Europa a que pertencemos -, e que menospreza o juízo crítico que nos habituámos a lançar sobre a propaganda que acompanha as medidas que as autoridades vão tomando.

Sabe-se, das ciências da comunicação, como o registo propagandístico é constitutivo do discurso político.

Como acima escrevi, a abertura do País ao turismo britânico verificou-se muito antes da final da Liga dos Campeões; e mesmo antes de os outros países do Sul da Europa, que, como nós, vivem da venda do sol, e do mar, e da comida, abrirem as suas fronteiras aos ingleses - numa corrida contra o tempo, que quisemos ganhar, destinada a colher mais precocemente do que os outros as vantagens da ânsia de regresso à normalidade dos turistas endinheirados.

Quando abrimos o País ao turismo inglês, em 17 de Maio, já as autoridades britânicas anunciavam a existência da nova variante, a Delta, ou Indiana, que hoje é maioritária em Portugal; e advertiam para o seu potencial infeccioso e para os riscos que a acompanham.

Está tudo escrito nos documentos oficiais da Grã-Bretanha, acessíveis à distância de um clique.

E a própria OMS alertara para a natureza “preocupante” dessa variante, em 10 de Maio.

Hoje, neste tempo de informação global, “vem tudo nos compêndios”, como escrevia António Gedeão.

Não podem as autoridades públicas portuguesas

manifestar a sua surpresa pela antecipação da disseminação da nova variante e pela emergência da nova vaga, quando a informação britânica, e da OMS, sobre ela estava publicada e era, ou devia ser, conhecida ... repetindo a desculpa apresentada após o Natal, de que se não esperava tão precoce invasão da variante inglesa, como a que levou à tragédia do Inverno passado.

Se “errare humanum est, perseverare diabolicum”.

**3** – O processo de vacinação tem sido, na verdade, o melhor antídoto contra a mortalidade pelo vírus.

Nesse sentido, teve razão o actual Coordenador da Task Force, ao eleger como prioritário no processo de vacinação o objectivo de salvar vidas; e ao privilegiar para tanto a vacinação dos mais velhos, eles que eram – e são ainda – os mais sensíveis à infecção.

Deve-se, como se sabe, à vacinação maciça dos mais velhos a diminuição do número de mortes ao nível do que se vem verificando.

É por essa razão que o Vice-Almirante Gouveia e Melo nunca deixa de marcar, embora subtilmente, a sua discordância relativamente aos desvios a essa primeira prioridade, assacando às autoridades de saúde a responsabilidade por decisões que antecipam a vacinação de segmentos mais jovens da população, correspondentes a grupos de pressão mais reivindicativos ou com mais influência de “lobbying” e não se esquecendo nunca de reiterar que, por ele, seriam sempre primeiro os mais velhos.

Ele sabia que, não obstante as estatísticas que são enviadas para propaganda na imprensa referirem a quase totalidade das pessoas com mais de 60 anos como vacinadas, tal informação era tendenciosa, pois persistiam cerca de 720.000 pessoas nessas idades com apenas uma dose da vacina – com o risco ainda elevado de infecção, internamento e até morte, como se verificou em algumas situações.

(São os números apresentados pela Ministra da Saúde há 15 dias.)

E sabia também, como nós sabemos, que, em termos práticos, introduzir na vacinação prioritária dúzias de grupos profissionais de gente nova e saudável se traduziria necessariamente no atraso da conclusão da vacinação dos mais velhos.

**4** – O Governo queria “o sol na eira e a chuva no nabal”;

Os lavradores sabem que tal não é possível.

ESPÍRITO SOLIDÁRIO DOS PORTUGUESES FAZ A DIFERENÇA NO CANADÁ

# Instituição luso-canadiana apoia mais de 300 portugueses e luso-descendentes

É bem conhecido o espírito solidário do povo português e a história do Sector Social Solidário em Portugal é prova disso. Nas últimas crises, cuja mais recente ainda estamos a vivenciar, tem sido esse espírito que tem valido a muita gente, sendo unânime a opinião que têm sido as instituições sociais a “almofada social” do país nos momentos mais difíceis.

Do Canadá chega mais um exemplo deste espírito solidário dos portugueses, com uma instituição de solidariedade social luso-canadiana a lançar uma campanha para angariar perto de meio milhão de dólares canadianos para financiar os seus programas até ao final do ano.

“Pretendemos angariar 450 mil dólares (307 mil euros) para financiar e dar continuidade aos nossos programas até ao final do ano, sem termos que suspender nenhum dos serviços”, referiu Jack Prazeres, presidente da Luso Canadian Charitable Society (LCCS, sigla em inglês).

A instituição está a organizar até ao dia 18 de julho, a Luso Virtual Volta, um evento que, pelo segundo ano consecutivo, está a ser realizado de uma forma virtual devido à pandemia.

“Tentamos ajudar 300 famílias diariamente e, em junho, já voltámos a abrir as portas fisicamente. Nos últimos dois meses, as nossas atividades têm sido desenvolvidas virtualmente, tem sido difícil encontrar funcionários para operarem nesta área, o que ainda vai inflacionar o nosso orçamento”, sublinhou o empresário e líder comunitário.

A LCCS é um centro de apoio social sem fins lucrativos que presta assistência a portugueses e lusodescendentes portadores de deficiência.

A instituição fundada em 2003 dispõe de três centros, em Toronto, Mississauga e Hamilton, que prestam assistência a cerca de 300 utentes diariamente.

Alguns dos utentes dispõem de um apoio do governo provincial através do subsídio «Passport», destinado a adultos com 18 ou mais



anos, para participarem nas atividades comunitárias, integrando-os de uma forma ativa na sociedade.

“Mas é muito pouco”, pois não lhes permite estarem no centro “cinco dias por semana”, explicou Jack Prazeres, daí ser necessário angariar mais fundos.

Devido à pandemia, muitos dos programas existentes na instituição foram adaptados, mantendo todas as regras de segurança sanitária, como o distanciamento social.

A LCCS pretende, num futuro próximo, abrir um quarto centro, com 30 apartamentos, aberto 24 horas por dia, para acolher famílias idosas e pessoas portadoras de deficiência.

“Já temos um fundo em cerca de 500 mil dólares canadianos (341 mil euros) para um centro que funcione 24 horas, para quando os pais já não possam tomar conta dos filhos. Alguns já têm 70 ou 80 anos e esta é uma situação recorrente na comunidade portuguesa. Por outro lado, as listas de espera são longas e

demoradas, pois vão de cinco a 15 anos”, concluiu o líder da instituição.

Jack Prazeres, de 58 anos, é um emigrante natural da Lourinhã, que vive no Canadá desde 1974, estando profissionalmente ligado ao sector da construção civil.

O emigrante foi galardoado, em 2018, pela ADL - Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã, pelo seu trabalho em prol da comunidade emigrante portuguesa na região de Toronto. Localmente o seu contributo para a sociedade canadiana foi reconhecido com o prémio Jubileu da Rainha e, ainda, com diversos prémios pelo seu papel interventivo na comunidade. Também da parte do Estado Português foi condecorado com a Comenda da Ordem de Mérito de Portugal.

Enquanto presidente da Luso Canadian Charitable Society, tem contribuído para dar apoio a famílias com adultos portadores de deficiência, grande parte deles portugueses ou luso-descendentes.

VALÊNCIAS QUE PARTILHAM ESPAÇOS COM OUTRAS RESPOSTAS ESTAVAM FECHADAS HÁ MAIS DE UM ANO

## Centros de dia já podem funcionar desde o dia 1 de julho

Desde o passado dia 1 de julho que os centros de dia que partilham espaços com outras respostas sociais puderam retomar as atividades de apoio social, suspensas devido à pandemia da Covid-19.

A decisão saiu do Conselho de Ministros, no qual foram definidas novas medidas no âmbito do controlo da pandemia.

Em comunicado, o Conselho de Ministros anunciou que tinha sido “determinada a retoma das atividades de apoio social desenvolvidas em

centros de dia com funcionamento acoplado a outras respostas sociais, a partir de 1 de julho de 2021”.

Recorde-se que os centros de dia reabriram a 5 de abril, após mais o segundo confinamento, e consequente encerramento da resposta social, mas aqueles que partilham espaços com outras respostas sociais estavam há mais de um ano encerrados devido à pandemia.

Ainda assim, estes centros de dia que partilham espaços com outras respostas

sociais ficam condicionados a uma avaliação prévia da Segurança Social e da entidade de saúde local para obterem autorização para reabrir.

Nestas estruturas, as orientações do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social previam a necessidade de garantir “total separação, sem cruzamento entre utentes e colaboradores das outras respostas sociais e sem partilha de espaços como refeitórios e instalações sanitárias”.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DO PORTO

# Guia «Eliminar barreiras, Mudar atitudes» lança ideias para a inclusão... de todos

Em ano de constantes confinamentos, limitações e cuidados (relacionados com a pandemia da Covid-19), a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) decidiu elaborar um guia prático com um conjunto de indicações relacionadas com a forma mais adequada de todos lidarem com as pessoas que, por um qualquer motivo, têm diferentes características daquelas que são consideradas “normais” (ou norma).

«Eliminar barreiras, Mudar atitudes» é o título de um guia prático para o atendimento e promoção da participação da pessoa com paralisia cerebral. É, também, um guia para a necessária e desejada melhoria de comportamentos e atitudes em relação às pessoas portadoras de deficiência(s).

O guia – composto por informação escrita, visual e auditiva – dá a conhecer procedimentos a adotar, legislação relevante, fontes de informação e outros documentos de consulta eventualmente importante.

O guia «Eliminar barreiras, Mudar atitudes» é constituído por uma abordagem do que é a paralisia cerebral, atitudes fundamentais, atitudes específicas de acordo com défices específicos que poderemos encontrar em pessoas com paralisia cerebral e/ou noutro tipo de deficiências, atitudes de civismo e outras considerações que poderão ser mais específicas (de acordo com os serviços utilizados).

Além de informar, o guia pretende contribuir para formar, para que todos e cada um de nós possa ser um verdadeiro agente de inclusão no

seu círculo social e profissional.

Além do documento (em versão digital), a APPC também elaborou um conjunto de vídeos educativos. Estes apresentam situações práticas e do dia-a-dia, sendo os atores, também eles, elementos da APPC e da sua companhia “Era uma vez... Teatro”.

Abílio Cunha, responsável pela Associação do Porto de Paralisia Cerebral, destaca a importância deste tipo de documentos “pela evidente necessidade de se sensibilizar ainda uma parte considerável da sociedade”.

“Convém não esquecer tudo o que ficou definido em termos de Convenção sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência, documento já há alguns anos adotado em Portugal”, refere, recordando que “ainda nem todos se lembram do imperioso respeito pela dignidade inerente, pela autonomia individual e independência das pessoas”.

Da autoria do serviço APPC Participação, o guia foi cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, IP e contou com as colaborações de Vasco André dos Santos (edição de vídeos), da ilustradora Marisa Silva e de da interpretação de Língua Gestual Portuguesa por Ana Magalhães.

## APPACDM DE PORTALEGRE

### Novo CACI permite manter utentes no seio da sua comunidade

Fruto de uma parceria entre o município de Sousel, a Associação Recreativa e Cultural de Sousel e a APPACDM de Portalegre entrou em funcionamento o novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão na freguesia de Cano.

Esta é uma resposta que permitirá que 10 utentes que diariamente eram transportados para uma resposta equivalente na cidade de Portalegre, passem a poder permanecer muito mais perto de casa e inseridos na respetiva

comunidade.

Resultado da conjugação de esforços e da grande mobilização da comunidade, esta nova valência está instalada no edifício do jardim de infância da freguesia do Cano.

A cerimónia de inauguração contou com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

CANDIDATURAS ABERTAS ATÉ 24 DE SETEMBRO

## PO Algarve lança aviso para concurso de apoio ao emprego nas instituições sociais

O Programa Operacional do Algarve, através de fundos europeus geridos na região e em articulação e apoio do Instituto da Segurança Social (ISS), lançou um novo aviso de concurso no âmbito do sistema de apoios ao emprego e ao empreendedorismo +CO3SO Emprego, tendo em vista promover a criação de emprego nas entidades da Economia Social.

O +CO3SO Emprego é um sistema de apoio ao emprego e ao empreendedorismo, instituído pelo Ministério da Coesão Territorial, em colaboração com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que apoia a criação de empresas e de postos de trabalho, visando, na modalidade Empreendedorismo Social, a concretização de projetos de empreendedorismo social criadores de valor social.

Ao aviso de concurso ALG-21-2021-11 podem concorrer as IPSS, associações e fundações, cooperativas, associações mutualistas, misericórdias e outras entidades da Economia Social

que possuam projetos de reforço de valências ou novas respostas nas áreas social e da saúde e bem-estar.

Os interessados podem entregar candidatura até ao dia 24 de setembro de 2021.

“No atual contexto de crise pandémica, e em articulação com os Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), serão considerados prioritários os projetos de criação de emprego que decorram da continuidade de projetos apoiados no âmbito da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), e prevejam a contratação de desempregados que tenham estado envolvidos em atividades de trabalho socialmente necessário no âmbito da referida medida”, argumenta a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

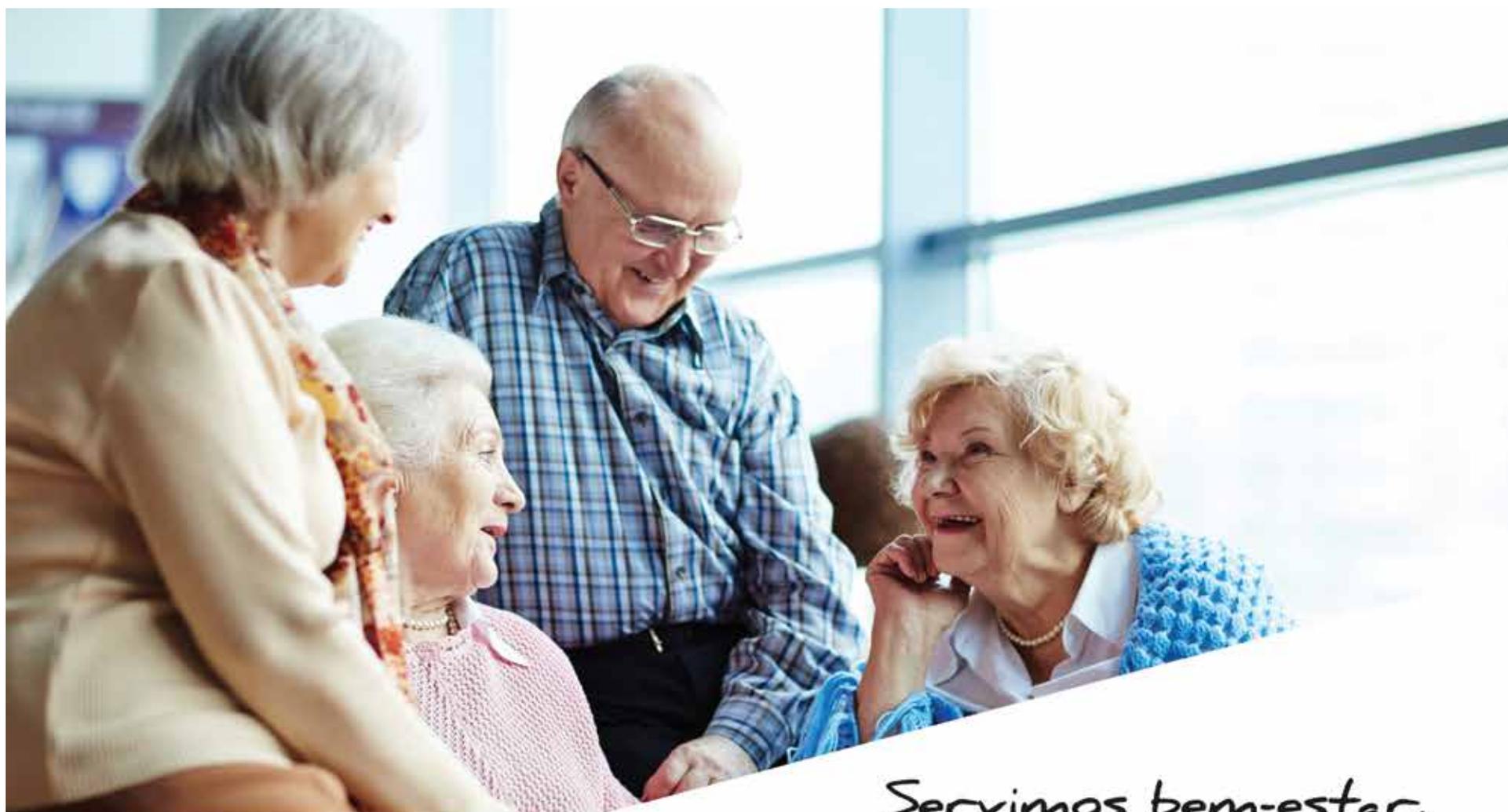
Com uma dotação de 2,2 milhões de euros, 80% dos quais provenientes do Fundo Social

Europeu (FSE) e 20% do orçamento da Segurança Social, o financiamento será atribuído sob a forma de subvenção não reembolsável e cobrirá, durante 12 meses, as remunerações e despesas contributivas das entidades empregadoras, acrescida de 40 por cento para outros custos associados à criação dos postos de trabalho permanentes.

De acordo com o regulamento, cada empregador poderá beneficiar de um máximo de 200 mil Euros do fundo europeu.

O impacto esperado com a medida deverá traduzir-se em mais de 120 novos postos de trabalho permanentes e num significativo reforço das respostas sociais, na área social e da saúde e bem-estar, que visem responder a desafios sociais prementes de sustentabilidade demográfica.

Não são elegíveis projetos que incluam investimentos decorrentes do cumprimento de obrigações previstas em acordos, contratos de concessão ou de associação com o Estado (administração central ou local).



Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE

TELEF: 210 420 005 / 210 420 808

FAX: 210 420 098 / 214 249 488

E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PARA MONITORIZAR NÍVEIS DE OXIGÉNIO

# Lares de idosos vão receber 2400 oxímetros

Os lares de idosos vão receber 2.400 oxímetros para monitorizar os níveis de oxigénio, informação que será congregada numa plataforma digital e vai estar ligada à linha Covid Lares, gerando alertas sempre que houver necessidade de intervenção.

A iniciativa integra o programa SupERa, apresentado com a participação da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que adiantou que os 2.400 oxímetros já estão disponíveis para serem entregues a “todos os lares de idosos” e que as instituições já podem aceder à plataforma para registar os dados dos utentes.

Com estes equipamentos, e o posterior registo na plataforma, será possível fazer uma “detecção precoce de infeções do foro respiratório nos utentes”, refere o gabinete da ministra.

“A SupERa pretende facilitar o registo e monitorização dos níveis de saturação de oxigénio, temperatura e frequência respiratória dos utentes. Estes registos

ficam disponíveis numa área reservada da Instituição e facilitam a análise da evolução das medições de cada residente”, acrescenta.

Explicou também que o programa produz alertas numa escala de três cores - verde, amarelo e vermelho - que irá orientar os profissionais relativamente à decisão que devem tomar perante o quadro clínico do utente.

“Esta plataforma pretende ser uma ferramenta de apoio das Estruturas Residenciais na vigilância ativa de sintomatologia associada à covid-19, considerando o atual contexto pandémico, mas também na identificação precoce de outras patologias do foro respiratório”, destaca o gabinete de Ana Mendes Godinho.

De acordo com a ministra, trata-se de um projeto gerido em conjunto pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Algarve Biomedical Center -- Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do

Algarve, que está enquadrado nas medidas de apoio para os lares de idosos no contexto da pandemia.

A ministra explicou que os dados descarregados para a plataforma serão monitorizados pela Linha Covid Lares, que gerará alertas sempre que haja informação que justifique intervenção.

Nesse âmbito, Ana Mendes Godinho adiantou que neste momento há apenas registo de quatro surtos em lares de idosos.

“O registo e acesso à SupERa será efetuado no site [www.supera.pt](http://www.supera.pt), com o apoio e suporte da linha COVID Lares, ativa desde outubro de 2020, disponível 24 horas, todos os dias com o objetivo de capacitar os profissionais em ERPI no controlo de surtos nos seus locais de trabalho”, diz ainda o gabinete da ministra, sublinhando que esta plataforma assume-se também com um “contributo para a digitalização” deste tipo de registo e evitar o registo em papel.



**SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995**

**CNT** CONTABILIDADE ESNL

**UTC** UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

**IMO** IMOBILIZADO ESNL

**PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC

**ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS

**PCM** PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

**LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

**CP** CONTROLO DE PRESENCAS

**ORD** ORDENADOS

**US** UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

**GI** GESTÃO DE IMÓVEIS

**ACC** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

**ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA: Rua dos Cipriões, 2556 4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326  
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729  
EMAIL: [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

ENCONTRE-NÓS EM [www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)

## RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

# Prestação foi criada há 25 anos e apoia atualmente 217.973 pessoas

O Rendimento Social de Inserção faz 25 anos, um quarto de século de uma prestação que sempre dividiu a esquerda e a direita políticas, porque se para uns combate a miséria, para outros desmotiva a procura de trabalho.

Nascido a 1 de julho de 1996, em pleno governo chefiado pelo socialista António Guterres, e com a pasta da Solidariedade e Segurança Social nas mãos de Eduardo Ferro Rodrigues, o então denominado Rendimento Mínimo Garantido (RMG) surgiu para dar resposta a uma recomendação do Conselho de Ministros da União Europeia, de 1992, para que os Estados-membros reconhecessem o direito de todos os cidadãos viverem com dignidade e criassem recursos e prestações sociais.

O RSI começou por ser uma prestação social do regime não contributivo da Segurança Social, ou seja, destinada às pessoas e às famílias em pobreza extrema e sem recursos financeiros que não descontavam para a Segurança Social. Além da parte financeira, incluía um programa de inserção social, de modo a potenciar uma progressiva inserção social e profissional.

Durante o primeiro ano de implementação, entre 1996 e 1997, funcionou em regime de projetos-piloto em várias freguesias do país, junto de desempregados de longa duração e beneficiários de ações sociais, e só depois é alargado a todo o continente e ilhas.

A medida teve direito a algumas vozes críticas, nomeadamente o então presidente do PSD Fernando Nogueira, que criticou o processo de implementação e disse ter receios de fraude, ou do economista Medina Carreira, que à época já tinha sido ministro das Finanças de um governo socialista, que disse ter um pressentimento de que a corrupção se iria instalar rapidamente.

No lado oposto da barricada, Ferro Rodrigues sempre a defendeu como a forma de cada cidadão ter direito a um nível mínimo de subsistência.

A fase experimental arrancou com 61 projetos-piloto em 195 freguesias, beneficiando 8.749 famílias, num total de 32.728 pessoas, tendo também aderido 13 organismos públicos, 126 câmaras municipais e juntas de freguesia, 105 Instituições Particulares de Solidariedade Social, misericórdias, mutualidades e outras associações sem fins lucrativos, uma associação sindical e três associações empresariais.

Posteriormente, quando é alargada a todo o país, a medida é incluída no Orçamento do Estado de 1997 com uma dotação de 25,3 milhões de contos (cerca de 127 milhões de euros), ficando estabelecido que para a atribuição do RMG seria tido em conta a totalidade dos rendimentos dos membros do agregado familiar, qualquer que fosse a sua origem e natureza. O



valor médio mensal era de 20 mil escudos.

Seis anos depois, e já no governo social-democrata de Durão Barroso, a prestação é revogada e é criado o Rendimento Social de Inserção (RSI) e passa a estar incluída no subsistema de solidariedade, mantendo o valor pecuniário e o programa de inserção.

A entrada em vigor da renovada prestação social traz alterações nas condições de acesso, nomeadamente na proibição de acumulação com outras prestações sociais ou na obrigação em fornecer toda a informação necessária a uma avaliação patrimonial, financeira e económica.

Nesta altura, passaram também a estar previstas fiscalizações aleatórias, através de um sorteio nacional obrigatório. A introdução destas medidas não chegou a ser totalmente concluída porque como algumas violavam princípios da Constituição foram rejeitadas pelo Tribunal Constitucional.

Em 2004, ano a partir do qual estão disponíveis as estatísticas do Instituto de Segurança Social (ISS) sobre esta prestação, são já 84.314 beneficiários, entre 31.063 famílias.

No entanto, o ano recorde em número de beneficiários foi 2010, durante o governo socialista de José Sócrates, quando 525.594 pessoas receberam o RSI, sendo que nesse ano o mês que superou todas as estatísticas foi março, com 404.536 beneficiários.

O número de beneficiários começa a descer consideravelmente a partir de 2012, durante o governo de Pedro Passos Coelho, que aumentou as ações inspetivas e baixou o orçamento destinado ao RSI, tendo desviado a «poupança» para o aumento das pensões mínimas sociais e rurais.

O então ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, alterou as condições de acesso, restringindo os futuros beneficiários a um limite máximo de depósitos

bancários de 25 mil euros, contra 100 mil euros até então, além de ficarem obrigados a assina-rem um contrato anual, onde se comprometiam à obrigatoriedade de procura de trabalho, de aceitação de trabalho socialmente útil e da escolaridade dos filhos, entre outras, sendo que as obrigações eram extensíveis a toda a família.

Entre 2011 e 2015, o número de beneficiários do RSI caiu quase para metade, passando de 447.111 para 295.541, uma redução de 34%.

Posteriormente, em janeiro de 2016, no primeiro governo de António Costa, o RSI sofre novas alterações que se traduzem no alargamento do nível de cobertura do rendimento, bem como dos montantes médios atribuídos, que passam de um valor médio de 88,57 euros por pessoa nos anos entre 2011 e 2015 para um valor médio de 113,90 euros entre os anos 2016 e 2021.

Segundo os dados mais recentes do ISS, relativos ao mês de maio, há 217.973 pessoas a receber esta prestação social dentro de 102.545 famílias, sendo eu 39% dos beneficiários recebiam a prestação há mais de cinco anos, segundo dados oficiais que mostram que os novos beneficiários superam agora os regressos a este apoio social.

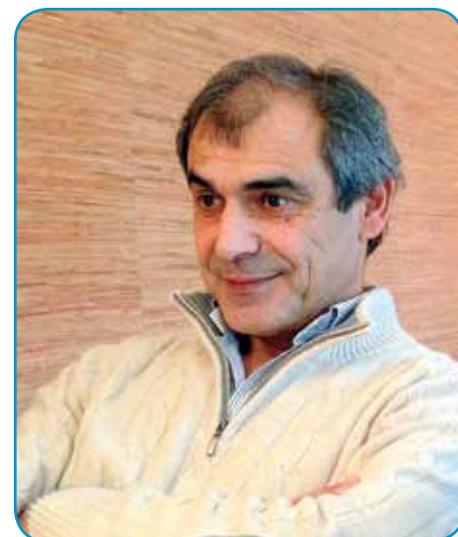
Os distritos com maior número de beneficiários são Lisboa (55.718), Porto (44.915) e Setúbal (21.820), além da Região Autónoma dos Açores (14.412).

Trata-se de uma prestação com diferença de género, já que são sobretudo as raparigas e mulheres que recebem, havendo 113.509 beneficiárias contra 104.464 beneficiários.

A faixa etária com maior peso são as crianças até aos 18 anos (70.644), que representa 32,4% do total de beneficiários.

Atualmente, o valor médio mensal por pessoa está nos 119,45 euros e nos 262,18 euros por família.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# As alterações climáticas, a América e a Europa. Como somos diferentes!

A sabedoria convencional diz-nos que a América é muito diferente da Europa.

A América é liberal, a Europa é estatista.

A América é mais móvel (muda-se mais de emprego, muda-se com mais frequência o local onde se vive), na Europa somos menos flexíveis.

O Estado social europeu é mais completo e profundo, na América cada um está mais entregue a si mesmo.

Um pequeno salto lógico e destes clichés retiram-se algumas conclusões.

Por exemplo, a maior mobilidade e flexibilidade dos americanos, combinada com mais individualismo, uma maior prevalência dos sinais dos mercados e um estado social menos generoso, explicaria a maior agilidade nos mercados de trabalho e consequente a tendência histórica para taxas de desemprego mais baixas nos Estados Unidos.

Mais um pequeno pulo lógico e, pelos mesmos clichés, estamos a concluir que a economia americana é mais competitiva e dinâmica que a economia europeia.

É verdade que nos Estados Unidos as taxas de desemprego são historicamente mais baixas que na Europa. Contudo, nos Estados Unidos a fronteira entre desemprego e marginalidade é mais difusa. A população prisional americana é das maiores do mundo em relação à população total e esse é um dos preços a pagar pela “agilidade” dos mercados de trabalho.

Não é verdade que a economia americana seja mais competitiva que a economia europeia - a economia europeia é muito mais aberta e competitiva. Na zona euro o total de exportações de bens e serviços vale quase 46% do PIB (acima de 40% em Portugal), nos Estados Unidos não chega a 12%.

Essa ideia de que o estado social europeu é caro e que pagamos o preço com economias estagnadas e pouco competitivas é um perfeito disparate.

Mas somos diferentes, de facto.

Vejamos como, de um lado e do outro do Atlântico, estamos a abordar o tema das alterações climáticas.

Depois do interregno negacionista de Donald Trump, a América regressou ao combate planetário contra as alterações climáticas.

Mas, como ficou patente na última cimeira

do clima, a América que agora se junta ao resto do mundo, não abdica da sua mundivisão muito própria.

John Kerry, o enviado especial do presidente Joe Biden para o clima, afirmou claramente ao que vem a América: “somos otimistas, confiamos no nosso engenho”. John Kerry fez questão de lembrar que quando John Kennedy formulou o desígnio de colocar um homem na Lua antes do fim da década de 60, não fazia a mínima ideia de como o conseguir - isso era com os engenheiros.

Para os americanos o papel dos dirigentes políticos é formular a grande visão, o resto é virá com a tecnologia e com o investimento privado. Em poucos anos, acredita-se, estaremos a produzir energia com hidrogénio verde, a densidade energética das baterias multiplicar-se-á várias vezes por uma fração do preço atual e soluções eficientes e economicamente viáveis de captura e armazenagem do carbono estão por aí ao virar da esquina.

A esta crença inabalável na iniciativa privada e na engenhosidade humana face às necessidades, a Europa responde com o seu tradicional cartesianismo.

Não deixa de ser curioso que, estando a Europa à frente dos Estados Unidos em muitas das tecnologias que podem salvar o planeta, por cá sejamos bem menos entusiastas na capacidade da tecnologia para resolver o problema e mais confiantes na regulação pública e na intervenção dos estados.

Por exemplo, em matéria de hidrogénio verde, a Europa leva uns quantos anos de avanço em relação à América. Não obstante, deste lado do Atlântico, o tema não é visto como um problema de engenheiros, é visto, e bem, como um problema político que só os políticos podem resolver.

Na Europa existe já um acervo de regulação compulsória que vai obrigar a reduzir as emissões de carbono. Por exemplo, as metas para os construtores de automóveis são de tal modo apertadas que estes não tiveram outro remédio senão investir maciçamente em automóveis elétricos.

Podemos não gostar do método, mas a verdade é que a Europa já é o maior mercado de automóveis elétricos do mundo, desalojou a China desse lugar cimeiro.

A Europa, a tal que é acusada de estatista, é a única geografia do mundo que tem a

funcionar um mercado de licenças de emissão. Podemos dizer que, por ora, não é muito efetivo, que os preços a que se transacionam as licenças não são muito estimulantes para o uso de tecnologias limpas, que muito tem de ser melhorado. Certo, mas funciona.

A Europa está a estudar o lançamento de uma taxa niveladora de carbono para as suas importações. Faz todo o sentido. Na verdade, se as empresas europeias forem obrigadas a produzir mais caro por causa da regulação climática e da redução de carbono, seria contraproducente que depois o carbono reentrasse na Europa sob a forma de importações baratas de países incumpridores das metas climáticas.

Claro que os relapsos em matéria de controlo das emissões clamam que se trata apenas de um protecionismo velado e moralmente condenável porque se esconde debaixo do verdíssimo e atraente rótulo de “salvar o planeta”.

Visões diferentes, sem dúvida. De um lado uma nação jovem, transbordante de entusiasmo e iniciativa, do outro, uma sociedade mais madura, mais confiada no exercício da razão e no controlo da testosterona.

Pela minha parte sinto-me muito europeu nesta contenda. Não sou nem “tecnoreacionário” nem “tecnodeslumbrado”. A tecnologia será fundamental, contudo, confiar exclusivamente no engenho e na iniciativa dos indivíduos não nos levará a nada de bom. Um misto de incentivos bem direcionados aos agentes económicos e uma estrutura forte de regulação pública parecem ser o cocktail vencedor.

Saúde-se o regresso da América ao esforço para salvar o planeta, saudemos as novas metas climáticas que a administração Biden formulou recentemente. Sejam bem-vindos e que sigam o seu caminho.

Tenho para mim que não vai ser o heroísmo do cowboy solitário, nem a carga da cavalaria no último instante que vai salvar o planeta. Se querem o meu palpite, nós europeus, com todos os nossos muitos e celebrados defeitos, estaremos daqui a 20 anos (como estamos agora!) na vanguarda do controlo das alterações climáticas, sem deixarmos de ser a economia mais aberta e competitiva do mundo. E tudo isto sem sacrificar o nosso querido modelo social, o tal que nos dizem que é incomportável e nos retira competitividade.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**Escrever direito por linhas tortas**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

GUTERRES E O COMBATE À COVID-19 NO MUNDO

# “O que sobrou em capacidade científica faltou em solidariedade”

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse em Lisboa, que “o que sobrou em capacidade científica faltou em solidariedade” na resposta ao vírus que pôs o mundo “de joelhos”.

Na capital para o lançamento de dois livros, António Guterres deu como exemplo a disparidade de doses de vacina contra a covid-19 por cada cem habitantes disponíveis na União Europeia e no continente africano - 67,8 no primeiro caso versus 1,8 no segundo.

Esta diferença é não só “uma profunda injustiça”, como um erro estratégico, assinalou.

“Não estaremos todos bem se não estivermos, de facto, todos bem”, lembrou, defendendo um plano global de vacinação, que garanta “uma distribuição equitativa” das vacinas, enquanto “bem público global, acessível a todos e o mais depressa possível”.

“Um vírus pôs-nos de joelhos, em todo o mundo”, constatou, lembrando que estamos perto de atingir as quase quatro milhões de pessoas mortas, de norte a sul, de este a oeste.

Ora, neste cenário, “a comunidade internacional não foi capaz de se unir, em solidariedade, para fazer face ao vírus”, lamentou.

Em tempos de “enormes fragilidades, que não podem ser facilmente superáveis” apenas com a ajuda do desenvolvimento tecnológico, “nunca o multilateralismo foi tão importante e tão necessário como hoje”, considerou.

Guterres notou ainda que a resposta a outra das grandes “fragilidades”, as alterações climáticas, “ainda não é um movimento global”.

A razão principal para que isso aconteça -- explicitou -- é “uma falta de confiança entre os países mais desenvolvidos e as economias emergentes”, resultante do facto de os primeiros “não terem ainda cumprido as promessas que fizeram”, nomeadamente em termos de financiamento.

“Estamos à beira do abismo e, quando se está à beira do abismo, é preciso ter cuidado com o próximo passo”, avisou.

“A comunidade internacional tem de agir conjuntamente e em solidariedade e para isso necessita de instituições multilaterais (...) ainda mais fortes do que as que temos hoje”, sustentou.

“O nosso multilateralismo ainda é um multilateralismo largamente sem dentes e, às vezes, mesmo quando tem dentes, no caso do Conselho de Segurança, com pouca vontade de morder”, reconheceu.

## PORTUGAL VAI AJUDAR

Portugal reiterou o seu compromisso de doar 10 milhões de euros e um milhão de vacinas para ajudar a combater a pandemia de covid-19 nos países mais vulneráveis, num espírito de multilateralismo e solidariedade global.



No encerramento da segunda conferência online sobre o Estado de Fragilidade, organizado pelo Clube de Lisboa e pelo G7+, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, salientou o esforço do Estado português em se associar ao esforço global de combater a pandemia nos espaços territoriais onde ela está a ser mais perigosa: os países em desenvolvimento.

“A pandemia é mais negativa nos países mais vulneráveis. E são esses que devem ser mais ajudados, para que todos fiquemos mais seguros”, explicou o chefe da diplomacia portuguesa.

Augusto Santos Silva salientou o esforço da União Europeia e de Portugal, na partilha de vacinas junto de países sem capacidade financeira ou logística para aplicar aquela que se tem revelado a forma mais eficaz de travar a propagação do novo coronavírus.

O chefe da diplomacia portuguesa lembrou o esforço que Portugal está a fazer nesse sentido, tendo prometido doar 10 milhões de euros aos países de língua oficial portuguesa e a Timor-Leste, em particular, um dos países do G7+, bem como a entrega de pelo menos 5% das vacinas disponíveis para o Estado português, o que representa cerca de um milhão de doses.

Santos Silva disse que esse processo de ajuda já se iniciou e deve entrar em velocidade cruzeiro durante o segundo semestre deste ano, correspondendo a uma aposta que Portugal faz na estratégia de ajuda multilateral.

Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL